



DATA DA REUNIÃO: OITO DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICIPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA QUE FOI DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de trinta de junho findo, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 9ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, que consistiu na 8ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente ata.-----

b) Conforme referido na alínea b) do período de antes da ordem do dia da última reunião ordinária, o senhor presidente deu conhecimento da carta conjunta dos municípios de Santo Tirso e da Trofa e da concessionária Indáqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., enviada à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, sobre a Terceira Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água nos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

DESPACHO

9º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2014

Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 21/10/2013, item 5, n.º 1-a), aprovar a 9ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, com reforço de verbas no montante 645.000,00€ (seiscentos e quarenta e cinco mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Finanças e Compras para execução.

Santo Tirso, 30 de junho de 2014

O Presidente,

Dr.º Joaquim Couto



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 9

ALTERAÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 8

ALTERAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º 8

junho 2014

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 8		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	01010401		Pessoal em funções	4.503.000,00		100.000,00
02	010109		Pessoal em qualquer outra situação	220.000,00	100.000,00	
02	02020101		Electricidade	675.000,00		5.000,00
02	020211		Representação dos serviços	38.000,00	5.000,00	
02	02022002		Tratamento de residuos solidos	296.000,00	150.000,00	
02	02022003		Tratamento aguas residuais	345.000,00	200.000,00	
02	04050104		Associação Municípios	1.520.000,00	150.000,00	
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	4.846.000,00		500.000,00
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.164.548,77		20.000,00
02	070107		Equipamento informatica	170.000,00	20.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					625.000,00	625.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 8		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	070107	2006 I 98	HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS DEPARTAMENTOS	140.000,00	20.000,00	
02	07010401	2006 I 110	REQUALIFICAÇÃO URBANA CIDADE SANTO TIRSO - RUA OLI	107.741,66		20.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					20.000,00	20.000,00
Total Geral :					645.000,00	645.000,00

Em 30 de Junho de 2014

Em ___ de ___ de ___

ENTIDADE

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página:

CM S TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 8

DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2014

DATA DE APROVAÇÃO 2014/06/30

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

DESPESA

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
				INSCRIÇÕES / REPORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	18.777.548,77	625.000,00	625.000,00	18.777.548,77	
	01	Despesas com o pessoal	4.723.000,00	100.000,00	100.000,00	4.723.000,00	
	0101	Remunerações certas e permanentes	4.723.000,00	100.000,00	100.000,00	4.723.000,00	
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	4.603.000,00		100.000,00	4.503.000,00	
	01010401	Pessoal em funções	4.603.000,00		100.000,00	4.503.000,00	
	010109	Pessoal em qualquer outra situação	120.000,00	100.000,00		220.000,00	
	02	Aquisições bens serviços	1.004.000,00	355.000,00	5.000,00	1.354.000,00	
	0202	Aquisição serviços	1.004.000,00	355.000,00	5.000,00	1.354.000,00	
	020201	Encargos instalações	680.000,00		5.000,00	675.000,00	
	02020101	Electricidade	680.000,00		5.000,00	675.000,00	
	020211	Representação dos serviços	33.000,00	5.000,00		38.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	291.000,00	350.000,00		641.000,00	
	02022002	Tratamento de resíduos sólidos	146.000,00	150.000,00		296.000,00	
	02022003	Tratamento águas residuais	145.000,00	200.000,00		345.000,00	
	04	Transferências correntes	1.370.000,00	150.000,00		1.520.000,00	
	0405	Administração local	1.370.000,00	150.000,00		1.520.000,00	
	040501	Continente	1.370.000,00	150.000,00		1.520.000,00	
	04050104	Associação Municípios	1.370.000,00	150.000,00		1.520.000,00	
	05	Subsídios	5.346.000,00		500.000,00	4.846.000,00	
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	5.346.000,00		500.000,00	4.846.000,00	
	050101	Públicas	5.346.000,00		500.000,00	4.846.000,00	
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5.346.000,00		500.000,00	4.846.000,00	
	07	Aquisição bens capital	6.334.548,77	20.000,00	20.000,00	6.334.548,77	
	0701	Investimentos	6.334.548,77	20.000,00	20.000,00	6.334.548,77	
	070104	Construções diversas	6.184.548,77		20.000,00	6.164.548,77	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.184.548,77		20.000,00	6.164.548,77	
	070107	Equipamento informática	150.000,00	20.000,00		170.000,00	
TOTAL ...			18.777.548,77	625.000,00	625.000,00	18.777.548,77	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				605.000,00	605.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				20.000,00	20.000,00		

Em 30 de Junho de 2014

O Presidente da Câmara,

Aprovada em reunião de _____

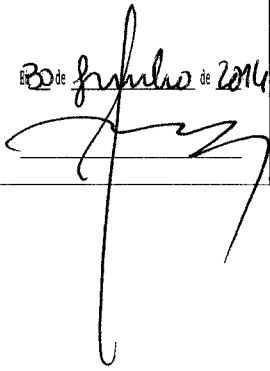
Os Vereadores:

7
A

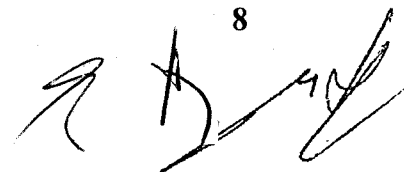
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO			PÁGINA :
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9	DO ANO CONTABILÍSTICO: 2014	DATA DE APROVAÇÃO 2014/06/30	
		ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS	NÚMERO: 8		

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUENTE				
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	
						TOTAL	DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE
1.		Funções gerais			1.254.833,74	120.000,00	120.000,00		20.000,00				140.000,00	140.000,00			
1.1.		Serviços gerais de			1.254.833,74	120.000,00	120.000,00		20.000,00				140.000,00	140.000,00			
		administração pública															
1.1.1.		Administração geral			1.254.833,74	120.000,00	120.000,00		20.000,00				140.000,00	140.000,00			
1.1.1.1.	08	HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS DEPARTAMENTOS	GINF	02 070107	1.254.833,74	120.000,00	120.000,00		20.000,00				140.000,00	140.000,00			
2.		Funções sociais			29.744,69	127.741,66	127.741,66	1.147.498,48	-20.000,00		20.000,00		107.741,66	107.741,66		1.167.498,48	
2.4.		Habituação e serviços colectivos			29.744,69	127.741,66	127.741,66	1.147.498,48	-20.000,00		20.000,00		107.741,66	107.741,66		1.167.498,48	
2.4.2.		Ordenamento do território			29.744,69	127.741,66	127.741,66	1.147.498,48	-20.000,00		20.000,00		107.741,66	107.741,66		1.167.498,48	
2.4.2.1.	44	REQUALIFICAÇÃO URBANA CIDADE SANTO TIRSO - RUA OLIVEIRA SALAZAR E VIA PANORÂMICA - PROJECTO	DPA/DOM	02 07010401	29.744,69	127.741,66	127.741,66	1.147.498,48	-20.000,00		20.000,00		107.741,66	107.741,66		1.167.498,48	
TOTAL ...					1.284.578,43	247.741,66	247.741,66	1.147.498,48			20.000,00		247.741,66	247.741,66		1.167.498,48	

30 de Junho de 2014



Em ____ de ____ de ____

8


ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E
RESÍDUOS

A/C Exmo. Senhor Dr. Carlos Lopes Pereira
Centro Empresarial Torres de Lisboa
Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 8.º
1600-209 Lisboa



Santo Tirso, 25 de junho de 2014

N/ Ref.ª: CE-3269

ASSUNTO: Parecer da ERSAR sobre a Terceira Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água nos Concelhos de Santo Tirso e da Trofa – V/ Referências O-004721/2014; O-004722/2014; O-004723/2014, datados de 2014-06-19

Exmo. Senhor,

Acusamos a receção do V/ Parecer identificado em epígrafe, agradecendo, desde já, a celeridade que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (doravante “ERSAR”) empreendeu na análise do projeto de Terceira Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água nos Concelhos de Santo Tirso e da Trofa (doravante “Contrato de Concessão” ou, simplesmente, “Concessão”), dando, assim, um contributo essencial para o cumprimento dos prazos definidos pelo “Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013” (doravante “POVT”) para a conclusão do processo de revisão contratual em apreço.

Assim, após uma leitura e análise cuidadas do mencionado Parecer, o qual, mereceu, como sempre, a nossa melhor atenção, cumpre-nos transmitir a V. Exas. a posição dos Concedentes e da Concessionária acerca das questões e recomendações suscitadas pela ERSAR ao longo do referido documento.

Ponto 2. *Análise da Terceira Alteração ao Contrato de Concessão*

A respeito do referido no Ponto 2 do V/ Parecer, importa recordar que a grande maioria das recomendações efetuadas pela ERSAR a propósito da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão foi acolhida pelos Concedentes e pela Concessionária, conforme consta da comunicação conjunta remetida pelos mesmos à ERSAR, com a referência 02/CMST-CMT-ISTT/11, de 3 de junho de 2011.

No caso das recomendações que não foram acatadas, os Concedentes e a Concessionária fundamentaram expressamente essa decisão, expondo de forma circunstanciada os fundamentos de facto e de direito que justificaram essa decisão, tal como decorre, igualmente, da sobredita comunicação.

Ponto 2.1. *Diferenças entre a Variante 1 do Contrato em vigor e a Variante A da Terceira Alteração ao Contrato*

Relativamente ao Ponto 2.1. do V/ Parecer, cumpre assinalar, desde logo, que o Contrato de Concessão foi celebrado em 28 de dezembro de 1998, tendo sido, pois, precedido de um procedimento de contratação pública anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Neste contexto, e em conformidade com aquele que tem sido o entendimento da ERSAR, foi acordado entre os Concedentes e a Concessionária não proceder à adaptação do clausulado do Contrato de Concessão ao disposto naquele diploma legal e, em particular, ao disposto no artigo 35.º, de modo a não subverter a matriz de risco e os pressupostos da versão inicial do Contrato de Concessão.

Por outro lado, importa assinalar que a matriz de risco atualmente prevista na Cláusula 30.ª, n.º 1 do Contrato de Concessão corresponde, com ligeiros ajustamentos, à matriz de risco prevista na versão inicial do Contrato de Concessão, a qual admite, na alínea c), a possibilidade de variação do tarifário

A 10

para efeitos de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão
*"Quando os investimentos em Infra-estruturas foram diferentes dos valores
previstos no Modelo Financeiro em vigor".*

No âmbito da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão (também submetida a Parecer da ERSAR), foi acordado entre os Concedentes e a Concessionária que, em caso de assinatura do Contrato de Financiamento POVT e uma vez concluída a execução do Plano de Investimentos em vigor, o Modelo Financeiro seria revisto de acordo com as regras previstas no Anexo XII (que será revogado com a entrada em vigor da Terceira Alteração ao Contrato de Concessão), de modo a incorporar, por um lado, o custo real do investimento e, por outro, a taxa de comparticipação efetiva pelo POVT (cfr. Cláusula 24.^a-A, n.º 7 na versão do Contrato de Concessão atualmente em vigor, a qual será, igualmente, revogada aquando da entrada em vigor da Terceira Alteração).

De anotar que, no contexto de anteriores processos de revisão do Contrato de Concessão, a ERSAR nunca suscitou qualquer dúvida ou reserva quanto ao esquema de alocação de riscos previsto na Cláusula 30.^a, n.º 1 do Contrato de Concessão, em particular, quanto ao disposto na sobredita alínea c), bem como a respeito da regra estabelecida no n.º 7 da Cláusula 24.^a-A do Contrato de Concessão, circunstância que tem contribuído, naturalmente, para reforçar o entendimento das Partes de que as sobreditas regras estão em conformidade com o quadro legal vigente à data da outorga do Contrato de Concessão.

Neste contexto, uma vez (i) concluído o Plano de Investimentos, (ii) apurado o custo real das obras executadas pela Concessionária e (iii) confirmada a aprovação da Candidatura e, bem assim, o valor da respetiva comparticipação, foi entendimento das Partes que, em cumprimento do disposto no referido n.º 7 da Cláusula 24.^a-A do Contrato de Concessão, o valor do custo real das obras e o montante da comparticipação atribuída pelo POVT não poderiam deixar de ser considerados no âmbito do processo de revisão contratual em curso, tanto mais que, estando em causa uma redução do custo das obras realizadas pela

11

Concessionária no âmbito do Plano de Investimentos, a mesma redundaria numa evidente redução do Tarifário, em benefício dos Utilizadores.

Por outro lado, e no que concerne aos custos financeiros refletidos no Modelo Financeiro, é incontestável que o risco de financiamento da Concessão se encontra, entre outros riscos, alocado na Concessionária, conforme decorre, nomeadamente, do disposto na Cláusula 13.^a do Contrato de Concessão.

Enquanto responsável única pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto da Concessão, a Concessionária está obrigada a cumprir pontual e integralmente os termos e condições dos Documentos Financeiros celebrados com os Bancos financiadores da Concessão, em particular a obrigação de não formalizar quaisquer alterações ao clausulado do Contrato de Concessão sem o prévio consentimento dos mesmos.

O necessário envolvimento das entidades financiadoras no processo de revisão do Contrato de Concessão implica, naturalmente, custos e encargos financeiros que, repita-se, são da responsabilidade da Concessionária e que, por essa razão, não podem deixar de ser considerados no Modelo Financeiro que vigorará na Concessão após entrada em vigor da Terceira Alteração, por serem custos efetivamente suportados pela Concessionária para cumprimento das obrigações e responsabilidades por si assumidas no âmbito do Contrato de Concessão e dos Documentos Financeiros.

Reitera-se que tais custos, embora incorporados no Modelo Financeiro, não terão qualquer impacto, seja para os Concedentes, seja para os Utilizadores, tendo antes conduzido a uma redução da Taxa Interna de Rentabilidade de 9,44% para 9,25%, a qual, a par da eliminação do n.º 2 da Cláusula 24.^a-C do Contrato de Concessão, devidamente anotada pela ERSAR no Ponto 2.4.2. do Parecer, representa mais um importante esforço dos acionistas da Concessionária no âmbito do processo de revisão contratual em apreço.

Recordamos que a razão que esteve na génese da Terceira Alteração ao Contrato de Concessão foi a consideração de fundos comunitários na execução

das obras previstas no Plano de Investimentos da Concessionária, a qual permite uma redução do Tarifário a vigorar na Concessão que, de outro modo, não seria possível.

2.4. Alterações ao Clausulado da Minuta Contratual

a) Atualização Anual dos Valores do Tarifário (cfr. Ponto 2.4.3. do V/ Parecer)

Os Concedentes e a Concessionária decidiram acolher a recomendação formulada pela ERSAR, pelo que enviamos, em anexo, versões revistas nos Anexos X-C ("Tarifário – Variante A") e X-D ("Tarifário – Variante B") e, ainda, do Anexo XI-A ("Fórmulas de Revisão do Tarifário").

b) Tarifários especiais (cfr. Ponto 2.5.1. do V/ Parecer)

Os Concedentes já dispõem de serviços destinados a dar apoio social específico a Utilizadores economicamente mais vulneráveis, pelo que, no seu entender, as preocupações manifestadas pela ERSAR a esse propósito já se encontram devidamente acauteladas. Em qualquer caso, a recomendação em apreço não deixará de ser considerada pelas Partes em eventuais futuros processos de revisão contratual, caso a conjuntura social e económica do País, em geral, e dos Municípios de Santo Tirso e da Trofa, em particular, sofra um agravamento que justifique a adoção de medidas adicionais.

c) Tarifas variáveis (cfr. Ponto 2.5.2. do V/ Parecer)

Os Concedentes e a Concessionária decidiram acolher a recomendação formulada pela ERSAR, pelo que nos Anexos X-C ("Tarifário – Variante A") e X-D ("Tarifário – Variante B") será inserida uma legenda destinada a explicitar que as tarifas variáveis têm por referência um período de 30 dias.

d) Tarifas de outros serviços (cfr. Ponto 2.5.3. do V/ Parecer)

Os Concedentes e a Concessionária consideraram desnecessário explicitar no Tarifário que a tarifa de verificação extraordinária de contador a pedido do Utilizador apenas é devida quando se comprova que a avaria é imputável ao Utilizador, dado que essa informação já consta, de forma

13

expressa, do Regulamento dos Serviços. Em todo o caso, os Concedentes e a Concessionária decidiram acolher a recomendação em causa, a qual já se encontra devidamente refletida nas versões revistas dos Anexos X-C ("Tarifário – Variante A") e X-D ("Tarifário – Variante B"), as quais se encontram em anexo à presente missiva.

De assinalar que o acolhimento da grande maioria das recomendações formuladas pela ERSAR, nos termos acima expostos, conduziu apenas à introdução de alguns ajustamentos nos Anexos X-C, X-D e XI-A do Contrato de Concessão, os quais se encontram identificados nos documentos em anexo.

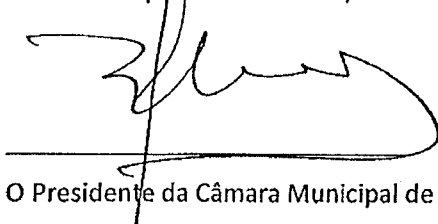
Não foi, assim, introduzida qualquer alteração nas versões da Terceira Alteração ao Contrato de Concessão e respetiva versão consolidada submetidas à análise e parecer de V. Exas. por carta datada de 21 de Maio de 2014.

Por último, informamos que a Terceira Alteração ao Contrato de Concessão, tal como anteriormente remetida a V. Exas., uma vez submetida a aprovação das respetivas Assembleias Municipais e executivos camarários de ambos os Concedentes, será outorgada no próximo dia 30 de junho de 2014, com vista a viabilizar o cumprimento pontual e integral das condições prévias impostas pelo POVT para a assinatura do correspondente Contrato de Financiamento.

Ficamos ao dispor para prestar qualquer esclarecimento adicional que V. Exas. considerem necessário.


Com os melhores cumprimentos,

Pelo Município de Santo Tirso,



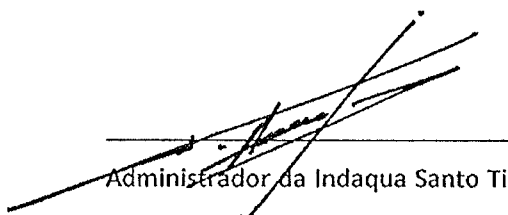
O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso
(Dr. Joaquim Couto)

Pelo Município da Trofa,



O Presidente da Câmara Municipal da Trofa em exercício
(Prof. António Azevedo)

Pela Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.,



Administrador da Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso
e Trofa, S.A.



(Eng. Fernando Rêgo de Araújo)

Em Anexo:

Anexo X-C – Tarifário – Variante A

Anexo X-D – Tarifário – Variante B

Anexo XI – A – Fórmulas de Revisão do Tarifário



ANEXO X-C – TARIFÁRIO VARIANTE A

Anexo X-C

TARIFÁRIO PARA 2014

a vigorar a partir da data de entrada em vigor da Terceira Alteração do Contrato de Concessão

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos	Diâmetro até 25 mm (≤ 25 mm)	7,9267
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (>25 e ≤ 30 mm)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤ 50 mm)	63,9898
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤ 100 mm)	88,1939
Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro até 20 mm (≤ 20 mm)	9,6012
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (>20 e ≤ 30 mm)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤ 50 mm)	63,9898
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤ 100 mm)	88,1939
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (>100 e ≤ 300 mm)	127,9797
	Diâmetro acima de 300 mm (>300 mm)	255,9484

TARIFAS VARIÁVEIS (/m ³) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	Escalões (m ³ /30 dias)	euros/m ³
Utilizadores Domésticos	1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9211
	2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,4680
	3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,9044
	4º Escalão - superior a 25 m ³	4,0320
Utilizadores não domésticos	Escalão Único	2,9044
Autarquias e Instituições	Escalão Único	1,2788
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m ³	2,9044
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m ³	1,2789
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m ³	1,0233
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m ³	0,8233
	5º Escalão - superior a 30.000 m ³	a definir caso a caso

TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros
Encargos com aviso de corte	custo com envio do aviso registado
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)	3,7187
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador	63,9898
Suspensão da ligação a pedido do utilizador	44,7874
Verificação do contador a pedido do utilizador**	63,9898
Ligação para fornecimentos provisórios	mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador	51,1919
Leitura extraordinária a pedido do utilizador	12,7980
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer	102,3837
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	83,1922
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador	127,9797
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)	4,5559
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)	mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)	gratuito

RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional	63,9898
Ramais da responsabilidade de terceiros	mediante orçamento
Alteração de ramal	mediante orçamento

CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)	euros
Caução para religação após incumprimento ***	4 x Cmm****
Caução para utilizadores não domésticos	163,1007
Caução para ligações provisórias	271,8345

* inclui Autarquias e Instituições

** esta tarifa é devolvida ao utilizador caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador que prejudique o utilizador

*** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

**** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses

(Despacho n.º 4186/2000 - 2.ª série).

Anexo X-C

TARIFÁRIO - Variante A

a preços constantes de 2010

TARIFAS FIJAS (30 dias)	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Utilizadores Domésticos	euros	euros	euros	euros
Dímetro até 25 mm	7.545,2	7.809,3	7.809,3	8.223,2
Dímetro entre 25 e 30 mm	30.460,1	31.526,2	31.526,2	33.197,1
Dímetro entre 30 e 50 mm	60.909,8	63.041,6	63.041,6	66.382,8
Dímetro entre 50 e 100 mm	85.948,7	86.886,9	86.886,9	91.451,9
Dímetro até 20 mm	9.139,1	9.459,0	9.459,0	9.960,3
Dímetro entre 20 e 30 mm	30.460,1	31.526,2	31.526,2	33.197,1
Dímetro entre 30 e 50 mm	60.909,8	63.041,6	63.041,6	66.382,8
Dímetro entre 50 e 100 mm	85.948,7	86.886,9	86.886,9	91.451,9
Dímetro entre 100 e 300 mm	121.819,5	126.083,2	126.083,2	132.765,6
Dímetro acima de 300 mm	243.638,5	252.155,5	252.155,5	265.519,7

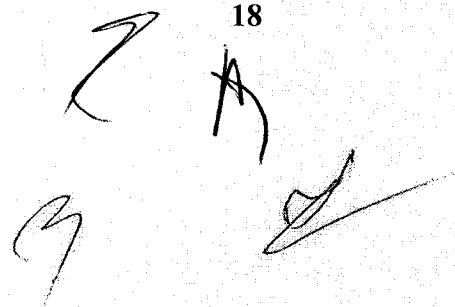
TARIFAS VARIABLES (m³)	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Utilizadores Domésticos	euros	euros	euros	euros
1º Escalão - 0 a 5 m³	0,8778	0,9085	0,9085	0,9567
2º Escalão - 6 a 15 m³	1,3983	1,4472	1,4472	1,5239
3º Escalão - 16 a 25 m³	2,7655	2,8623	2,8623	3,0140
4º Escalão - superior a 25 m³	3,8388	3,9732	3,9732	4,1838
Escalão Único	2,7655	2,8623	2,8623	3,0140
Escalão Único	1,2182	1,2608	1,2608	1,3276
1º Escalão - 0 a 1.500 m³	2,7655	2,8623	2,8623	3,0140
2º Escalão - 1.500 a 3.000 m³	1,2241	1,2669	1,2669	1,3340
3º Escalão - 3.000 a 10.000 m³	0,9816	1,0153	1,0153	1,0691
4º Escalão - 10.000 a 30.000 m³	0,7904	0,8181	0,8181	0,8615
5º Escalão - superior a 30.000 m³	a definir caso a caso	a definir caso a caso	a definir caso a caso	a definir caso a caso

TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Encargos com aviso de corte	euros	euros	euros	euros
Incumprimento de prazo de pagamento	3,5397	3,6636	3,6636	3,8578
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador	60.909,8	63.041,6	63.041,6	66.382,8
Suspensão da ligação a pedido do utilizador	42.631,8	44.123,9	44.123,9	46.462,5
Verificação do contador a pedido do utilizador**	60.909,8	63.041,6	63.041,6	66.382,8
Ligação para fornecimentos provisórios	48.727,8	50.433,3	50.433,3	53.108,3
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador	12.182,0	12.608,4	12.608,4	13.279,6
Leitura extraordinária a pedido do utilizador	97.455,6	100.866,5	100.866,5	106.212,4
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer	79.188,0	81.959,6	81.959,6	86.303,5
Informação sobre o sistema público de abastecimento em planos de localização	121.819,5	126.083,2	126.083,2	132.765,6
Visita a sistema predial de água a pedido do utilizador	4.338,7	4.488,5	4.488,5	4.729,4
Água avulsa - por metro cúbico	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito

TARIFAS DOMICILIÁRIAS	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional	60.909,8	63.041,6	63.041,6	66.382,8
Ramais da responsabilidade de terceiros	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito
Alteração de ramal	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito

CAUCIÕES	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Caução para religação após incumprimento ***	4 x Cmm***	4 x Cmm***	4 x Cmm***	4 x Cmm***
Caução para utilizadores não domésticos	150,00	150,00	150,00	150,00
Caução para ligações provisórias	250,00	250,00	250,00	250,00
* inclui Autarquias e Instituições				
** esta tarifa é devolvida ao utilizador caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador que prejudique o utilizador				
*** apenas em caso de reestabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária				
**** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 1/86/2000 - 2.ª série).				

A partir de 2010, a tarifa de água é de 0,15 €/m³.

Handwritten initials 'Z' and 'A' are positioned above a stylized signature. To the left of the signature is a handwritten letter 'G'.

ANEXO X-D – TARIFÁRIO VARIANTE B

Anexo X-D

TARIFÁRIO PARA 2014

a vigorar a partir da data de entrada em vigor da Terceira Alteração do Contrato de Concessão

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos	Diâmetro até 25 mm (≤ 25 mm)	7,9267
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (> 25 e ≤ 30 mm)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	63,9898
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	88,1939
Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro até 20 mm (≤ 20 mm)	9,6012
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (> 20 e ≤ 30 mm)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	63,9898
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	88,1939
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (> 100 e ≤ 300 mm)	127,9797
	Diâmetro acima de 300 mm (> 300 mm)	255,9484

TARIFAS VARIÁVEIS (/m ³) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	Escalões (m ³ /30 dias)	euros/m ³
Utilizadores Domésticos	1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9211
	2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,4680
	3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,9044
	4º Escalão - superior a 25 m ³	4,0320
Utilizadores não domésticos	Escalão Único	2,9044
Autarquias e Instituições	Escalão Único	1,2788
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m ³	2,9044
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m ³	1,2789
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m ³	1,0233
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m ³	0,8233
	5º Escalão - superior a 30.000 m ³	a definir caso a caso

TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros
Encargos com aviso de corte	custo com envio do aviso registado
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)	3,7187
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador	63,9898
Suspensão da ligação a pedido do utilizador	44,7874
Verificação do contador a pedido do utilizador**	63,9898
Ligação para fornecimentos provisórios	mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador	51,1919
Leitura extraordinária a pedido do utilizador	12,7980
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer	102,3837
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	83,1922
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador	127,9797
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)	4,5559
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)	mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)	gratuito

RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional	63,9898
Ramais da responsabilidade de terceiros	mediante orçamento
Alteração de ramal	mediante orçamento

CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)	euros
Caução para religação após incumprimento ***	4 x Cmm****
Caução para utilizadores não domésticos	163,1007
Caução para ligações provisórias	271,8345

* inclui Autarquias e Instituições

** esta tarifa é devolvida ao utilizador caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador que prejudique o utilizador

*** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

**** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 4186/2000 - 2.ª série).

Anexo X-D

TARIFÁRIO - Variante B

a preços constantes de 2010

TARIFAS FIXAS (20 dias)	diâmetro (mm)	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Utilizadores Domésticos		euros	euros	euros	euros
	Diâmetro até 25 mm	7,5452	7,8093	7,8093	7,9421
	Diâmetro entre 25 e 30 mm	39,4601	31,5262	31,5262	32,0671
	Diâmetro entre 30 e 50 mm	60,9098	63,0416	63,0416	64,1133
	Diâmetro entre 50 e 100 mm	83,9487	86,8869	86,8869	88,3640
	Diâmetro até 20 mm	9,1391	9,4590	9,4590	9,6198
Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro entre 20 e 30 mm	30,4601	31,5262	31,5262	32,0621
	Diâmetro entre 30 e 50 mm	60,9098	63,0416	63,0416	64,1133
	Diâmetro entre 50 e 100 mm	83,9487	86,8869	86,8869	88,3640
	Diâmetro entre 100 e 300 mm	121,8195	126,0832	126,0832	128,2266
	Diâmetro acima de 300 mm	243,6285	252,1555	252,1555	256,4421

TARIFAS VARIÁVEIS (v/m³)	Escalões (m³/20 dias)	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Utilizadores Domésticos		euros	euros	euros	euros
	1º Escalão - 0 a 5 m³	0,8776	0,9085	0,9085	0,9239
	2º Escalão - 6 a 15 m³	1,2983	1,4472	1,4472	1,4718
	3º Escalão - 16 a 25 m³	2,7655	2,8623	2,8623	2,9110
	4º Escalão - superior a 25 m³	3,8388	3,9732	3,9732	4,0407
Utilizadores não domésticos	Escalão Único	2,7655	2,8623	2,8623	2,9110
Autarquias e Instituições	Escalão Único	1,2182	1,2608	1,2608	1,2932
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m³	2,7655	2,8623	2,8623	2,9110
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m³	1,2241	1,2669	1,2669	1,2864
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m³	0,9810	1,0153	1,0153	1,0326
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m³	0,7904	0,8181	0,8181	0,8320
	5º Escalão - superior a 30.000 m³	a definir caso a caso	a definir caso a caso	a definir caso a caso	a definir caso a caso

TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	custo do aviso registado	2015	2016	2017	2018 e seguintes
	euros	euros	euros	euros	euros
Encargos com aviso de corte					
Incumprimento de prazo de pagamento	3,5397	3,6636	3,6636	3,7259	3,7259
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador	60,9098	63,0416	63,0416	64,1133	64,1133
Suspensão da ligação a pedido do utilizador	42,8318	44,1239	44,1239	44,8740	44,8740
Verificação do contador a pedido do utilizador**	60,9098	63,0416	63,0416	64,1133	64,1133
Liquidação para fornecimentos provisórios		mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador	48,7228	50,4333	50,4333	51,2907	51,2907
Leitura extraordinária a pedido do utilizador	12,1820	12,6084	12,6084	12,9227	12,9227
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer	97,4556	100,8665	100,8665	102,5812	102,5812
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	79,1860	81,9596	81,9596	83,3529	83,3529
Visitação a sistema predial de água a pedido do utilizador	121,8195	126,0832	126,0832	128,2266	128,2266
Água avulsa - por metro cúbico	4,3367	4,4885	4,4885	4,5648	4,5648
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação do caixa do contador a cargo do consumidor)	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito

TARIFAS DOMICILIÁRIAS	custo do aviso registado	2015	2016	2017	2018 e seguintes
	euros/metro	euros/metro	euros/metro	euros/metro	euros/metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional	60,9098	63,0416	63,0416	64,1133	64,1133
Ramais da responsabilidade de terceiros		mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento
Atenuação de ruído		mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento	mediante orçamento
CAUCÕES		euros	euros	euros	euros
Caução para religação após incumprimento ***	4 x Cmm****	150,00	150,00	150,00	150,00
Caução para utilizadores não domésticos	4 x Cmm****	250,00	250,00	250,00	250,00
Caução para ligações provisórias		150,00	150,00	150,00	150,00
** inclui Autarquias e Instituições					
*** esta taxa é devolvida ao utilizador caso se verifique a existência de funcionamento irregular do contador que prejudique o utilizador					
**** apenas em caso de incumprimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária					
***** Encargos com o consumo mensal do cliente, ou do cliente com identidade tipológica, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 41/86/2006 - 2.ª série).					
A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor					

ANEXO XI-A – FÓRMULAS DE REVISÃO DO TARIFÁRIO

Anexo XI-A: FÓRMULAS DE REVISÃO DO TARIFÁRIO

As Tarifas Fixas, Tarifas de Serviços Auxiliares de Abastecimento de Água, Ramais Domiciliários e Cauções:

Aplica-se a seguinte fórmula de actualização para os anos 2015 a 2018:

$$T_n = T_{m_n} \times \frac{IHPC_{n-1}}{IHPC_0}$$

Em que:

- n Ano para o qual se está a proceder à actualização de tarifas;
- T_n Tarifa a praticar no ano civil n (variando entre 2015 a 2018) para o qual se está a efectuar a actualização de tarifas;
- T_{m_n} Tarifa prevista no modelo, a preços de 2010 e definida no Anexo X-C ou Anexo X-D (aquele que vigorar, à data da actualização), para o ano civil n ;
- $IHPC_{n-1}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro do ano $n-1$;
- $IHPC_0$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro de 2009, cujo valor é 107,17;

Aplica-se a seguinte fórmula de actualização para os anos de 2019 e seguintes:

$$T_n = T_{n-1} \times \frac{IHPC_{n-1}}{IHPC_{n-2}}$$

Em que:

- n Ano para o qual se está a proceder à actualização de tarifas;
- T_n Tarifa fixa a praticar no ano civil n ;
- T_{n-1} Tarifa fixa em vigor no ano $n-1$;
- $IHPC_{n-1}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro do ano $n-1$;
- $IHPC_{n-2}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística que serviu de referência à última actualização de tarifas: Outubro do ano $n-2$.

As Tarifas Variáveis:

Aplica-se a seguinte fórmula de actualização de tarifas para os anos 2015 a 2018:

$$Tv_n = \left(Tvm_n - \frac{AAm_n}{(1 - pm_{n-1})} \right) \times \frac{IHPC_{n-1}}{IHPC_0} + \frac{AA_n}{(1 - p_{n-1})}$$

Em que:

- n Ano para o qual se está a proceder à actualização de tarifas;
- Tv_n Cada uma das tarifas variáveis a praticar no ano civil n (n variando entre 2015 e 2018);
- Tvm_n Cada uma das tarifas variáveis definida no Anexo X-C ou Anexo X-D (aquele que vigorar, à data da atualização) para o ano civil n ;
- $IHPC_{n-1}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro do ano $n-1$;
- $IHPC_0$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro de 2009, cujo valor é 107,17;
- AA_n Preço por metro cúbico do fornecimento de água em alta, no ano n ;
- AAm_n Preço por metro cúbico, a preços de 2010, excluindo IVA, do fornecimento de água em alta previsto no Modelo Financeiro com o valor de € 0,4832;
- p_{n-1} Percentagem de água não facturada, apurada em Outubro do ano $n-1$ relativa aos 12 últimos meses. O valor máximo de p_{n-1} está limitado a 18,50%;
- pm_{n-1} Percentagem de água não facturada, considerada no Modelo Financeiro para o ano $n-1$, com o valor de 17%;

Aplica-se a seguinte fórmula de actualização de tarifas para o ano de 2019 e seguintes:

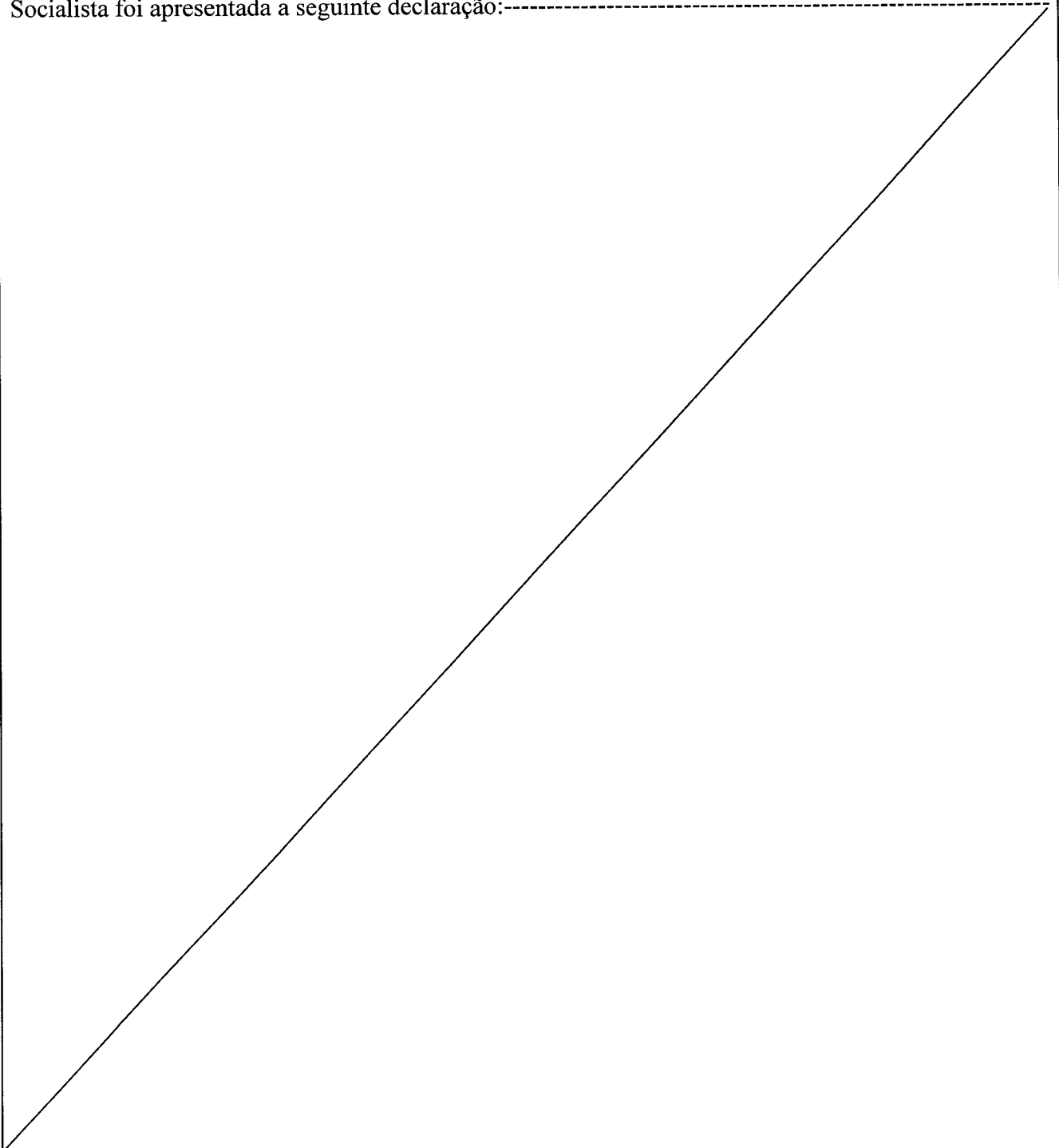
$$Tv_n = \left(Tv_{n-1} - \frac{AA_{n-1}}{(1 - p_{n-2})} \right) \times \frac{IHPC_{n-1}}{IHPC_{n-2}} + \frac{AA_n}{(1 - p_{n-1})}$$

Em que:

- n Ano para o qual se está a proceder à actualização de tarifas;
- Tv_n Cada uma das tarifas variáveis a praticar no ano civil n ;
- Tv_{n-1} Cada uma das tarifas variáveis em vigor no ano $n-1$;
- AA_n Preço por metro cúbico, excluindo IVA do fornecimento de água em alta no ano n ;
- AA_{n-1} Preço por metro cúbico, excluindo IVA, do fornecimento de água em alta no ano $n-1$;
- $IHPC_{n-1}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro do ano $n-1$;
- $IHPC_{n-2}$ Índice harmonizado de preços no consumidor - Portugal - (base 2005) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de Outubro do ano $n-2$.
- p_{n-1} Percentagem de água não facturada, apurada em Outubro do ano $n-1$, relativa aos 12 últimos meses. O valor máximo de p_{n-1} está limitado a 18,50%;
- p_{n-2} O último valor adoptado por p_{n-1} .



c) Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração:-----



Declaração Política

Na semana passada o Tribunal Constitucional, que validou as 40 horas de trabalho semanal na função pública, chegou a acordo com um sindicato para reduzir o horário dos seus funcionários para as 35 horas semanais.

No caso das Autarquias, já foram assinados mais de 300 acordos que preveem a redução de horário. Porém, estes acordos estão por publicar já que o processo aguarda a decisão do Ministério das Finanças.

Falta clarificar se o Ministério das Finanças tem ou não de ter parte no acordo e o Governo já dispõe de um parecer da Procuradoria-Geral da República mas ainda não o divulgou, apesar dos constantes apelos dos autarcas, sindicatos e forças políticas.

A qualidade e a produtividade do trabalho dos funcionários públicos não se mede apenas pelo número de horas que trabalham, mas sim pela dedicação e afinho com que desempenham o seu trabalho.

O Município de Santo Tirso foi dos primeiros a assinar este tipo de acordos reconhecendo como justa esta pretensão dos seus trabalhadores.

Esta posição do Governo demonstra claramente o constante ataque à autonomia das autarquias locais, manifestando sempre uma postura de arrogância e imposição das suas vontades em vez de privilegiar o diálogo.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista lamentam que o atual governo continue a adiar a tomada de posição sobre estes acordos, criando assim situações de grave desigualdade dentro da função pública. Quanto aos Srs Vereadores do PSD/PPM que habitualmente na praça pública dão conta da suposta influência que exercem sobre este Governo, ainda não ouvimos qualquer tomada de posição sobre esta matéria.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl. 27
8 de julho de 2014

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À
PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 8/JULHO/2014 – ATA Nº 15

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (24/06/2014)
- 2 – 1ª Revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – 3ª Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de água dos concelhos de Santo Tirso e Trofa – Alteração de anexos que constam do processo presente à reunião da câmara municipal de 17/06/2014: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 4 – Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso: Proposta de transferência para a câmara municipal dos encargos inerentes aos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 5 – Protocolo de cooperação celebrado entre a Área Metropolitana do Porto, o município de Santo Tirso e as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho: Alteração: Ratificação
- 6 – Proposta de atribuição de subsídio à junta de freguesia de Roriz – Retificação e Pavimentação da Rua do Serrinha – Reforço de Subsídio
- 7 – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de S. Bento
- 8 – Proposta de atribuição de subsídio anual aos Agrupamentos de Escuteiros do concelho de Santo Tirso
- 9 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

29

10 – Proposta de celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as seguintes entidades:

- A) - Águias Futebol Clube
- B) - Clube Desportivo de S. Salvador do Campo
- C) - Associação Recreativa da Torre
- D) - Clube de Pesca de Roriz
- E) - Grupo Columbófilo de Vilarinho

11 – Proposta de atribuição de subsídios para festas e romarias:

- A) - Comissão de Festas de Nossa Senhora de Negrelos – Roriz
- B) - Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora das Dores – Reguenga
- C) - Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário – Palmeira
- D) - Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima e Divino Salvador – S. Salvador do Campo
- E) - Comissão de Festas do Bom Jesus de Santa Cruz – Burgães
- F) - Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Espinhos – S. Martinho do Campo

12 – Requerimento da Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora – Colégio de Lourdes: Pedido de isenção de taxas referentes ao pedido de licença de obras de edificação (Processo 638/02)

Santo Tirso, 3 de julho de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

Nota: Foram retirados de reunião os assuntos que constam dos itens 6; 10-E; 11-A; 11-C; 11-D e 11-E da presente Ordem do Dia.

Consequentemente procedeu-se à remuneração dos demais assuntos.



A

A

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (24/06/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de junho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



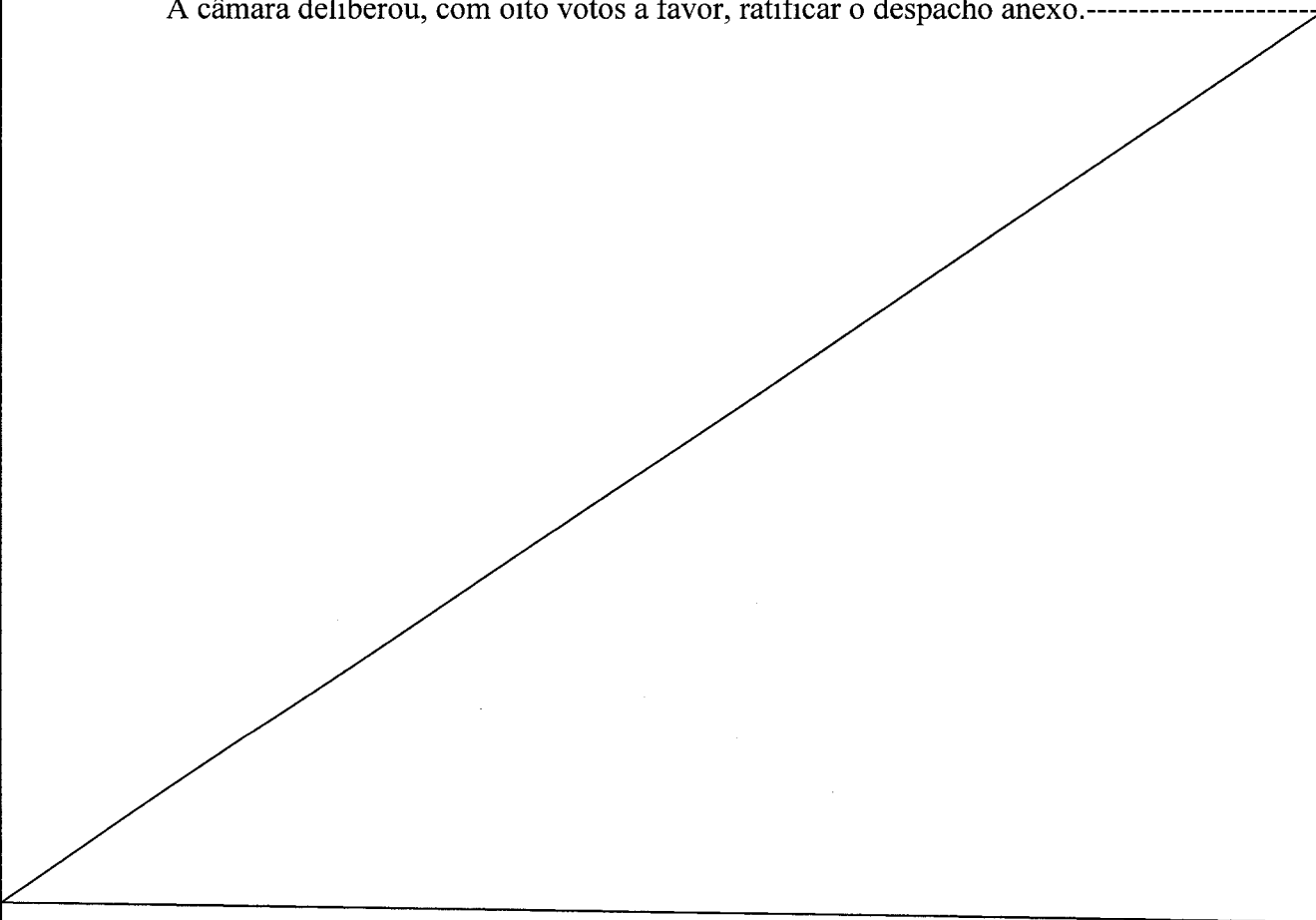
2. 1ª REVISÃO AOS ORÇAMENTOS DA DESPESA E DA RECEITA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e cinco de junho findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

A 1ª revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, foi já aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária da mesma data.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o aludido despacho, proferido pelas razões nele mencionadas.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

32

DESPACHO

1ª Revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento

Dr Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido propor à assembleia municipal que, de harmonia com a competência que lhe é cometida pela alínea a) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, delibere aprovar a 3ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para o ano de dois mil e catorze, que consiste na 1ª revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita.

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

Foi aprovada em reunião da câmara municipal de vinte e quatro do corrente mês de junho uma proposta de prorrogação do prazo de extinção, daqueles serviços Municipalizados, que consta da ordem do dia da sessão ordinária da assembleia municipal do corrente mês de junho, agendada para esta data;

A decisão de prorrogação da extinção dos SMAES implica a revisão dos seus Orçamentos já que, embora nos respetivos documentos previsionais se refira que os mesmos são para o ano de dois mil e catorze, as despesas previstas no Orçamento da Despesa e as receitas necessárias para cobrir essas despesas foram consideradas tendo em conta a data prevista para a extinção dos SMAES (junho de dois mil e catorze), por haver necessidade de um aumento global da despesa prevista;

Esta revisão deve ser aprovada antes do final do corrente mês de junho, para que os Serviços Municipalizados possam continuar a sua atividade;

Trata-se assim de um assunto urgente;

Através do ofício número oito mil seiscientos e noventa e cinco, de vinte e três do corrente mês de junho, foi solicitado ao presidente da assembleia municipal que incluísse este assunto na ordem do dia da sessão ordinária daquele órgão deliberativo, agendada para esta data, ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 50º do diploma legal acima referido.

SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação
acreditada

por

AFAC

Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Atendimento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

33

Face ao exposto, aprovo a 1ª Revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, cuja proposta foi aprovada em reunião extraordinária do respetivo Conselho de Administração, realizada no dia vinte e quatro do corrente mês de junho, nos termos que constam da cópia que se anexa ao presente despacho, e que constituem as subseqüentes quatro folhas.

Remeta-se ao presidente da assembleia municipal e à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso, 25 de junho de 2014.

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

A

Of. n.º 13
24 junho 2014
F 4/8
Amplm

7

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O
ANO 2014

- 3ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO
PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014
 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA E 1ª
REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				DATA DE APROVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
SERV. MUNICIPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM		MODIFICAÇÃO NUMERO : 3	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014		
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS				
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES						
0401	TAXAS						
040123	TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS						
04012399	OUTRAS						
0401239903	TAXAS DE VISTORIA	14.950,00	14.950,00			29.900,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE						
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS						
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.500,00	15.000,00			18.500,00	
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES						
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
060501	CONTINENTE						
06050101	CMST	6.241.000,00		982.250,00		5.258.750,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES						
0702	SERVIÇOS						
070209	SERVIÇOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS						
07020901	SANEAMENTO						
0702090101	PREÇOS DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO	53.750,00	53.750,00			107.500,00	
0702090103	PREÇOS DE CONSERVAÇÃO DE SANEAMENTO COM AGUA	363.250,00	363.250,00			726.500,00	
0702090104	PREÇOS DE CONSERVAÇÃO DE SANEAMENTO SEM AGUA	45.800,00	45.800,00			91.600,00	
07020902	RESIDUOS SOLIDOS						
0702090201	PREÇOS DE RECOLHA DE RESIDUOS	896.600,00	896.600,00			1.793.200,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES						
0801	OUTRAS						
080199	OUTRAS						
08019999	DIVERSAS	500,00	5.000,00			5.500,00	
TOTAL ...		7.619.350,00	1.394.350,00	982.250,00		8.031.450,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES			1.394.350,00	982.250,00			
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...							
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS							

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				DATA DE APROVAÇÃO	
SERV.MUNICIPALIZADOS AGUA,ELECTRI.SANEAM		MODIFICAÇÃO NUMERO: 3	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	24/03/2014 FG18	
CLASSIFICAÇÃO		IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES ANULAÇÕES		
SO		SEM ORGANICA					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
	010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO					
	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES					
	0101040101	PESSOAL ADMINISTRATIVO	27.000,00	25.000,00		52.000,00	
	0101040102	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	84.550,00	87.000,00		171.550,00	
	010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	2.100,00	3.500,00		5.600,00	
	010111	REPRESENTAÇÃO					
	01011102	Pessoal dos Quadros	1.697,50	2.200,00		3.897,50	
	010113	SUBSIDIO DE REFEEIÇÃO					
	01011301	PESSOAL ADMINISTRATIVO	3.000,00	2.500,00		5.500,00	
	01011302	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	5.500,00	5.000,00		10.500,00	
	010114	SUBSIDIOS DE FÉRIAS E NATAL					
	01011401	PESSOAL ADMINISTRATIVO	5.000,00	3.600,00		8.600,00	
	01011402	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	24.900,00	16.000,00		40.900,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	HORAS EXTRAORDINARIAS					
	01020202	PESSOAL AGUA E SANEAMENTO	1.500,00	1.500,00		3.000,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010303	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	750,00	1.000,00		1.750,00	
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
	01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	15.000,00	1.000,00		16.000,00	
	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS					
	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	26.500,00	30.000,00		56.500,00	
	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	5.250,00	6.000,00		11.250,00	
	010309	SEGUROS	1.750,00	800,00		2.550,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020209	COMUNICAÇÕES	1.850,00	2.000,00		3.850,00	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS					
	02022001	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.500.000,00		400.000,00	2.100.000,00	
	02022003	TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	1.800.000,00	500.000,00		2.300.000,00	
	02022004	SERVIÇOS DE FACTURAÇÃO DE RESÍDUOS	22.500,00	30.000,00		52.500,00	
	02022005	SERVIÇOS DE COBRANÇA DE RESÍDUOS E SAN C/ÁGUA	55.000,00	55.000,00		110.000,00	
	02022006	SERVIÇOS DE COBRANÇA DE RESÍDUOS E SAN S/ÁGUA	20.000,00	20.000,00		40.000,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	OUTRAS					
	06020305	OUTRAS	20.000,00	20.000,00		40.000,00	
TOTAL ...			4.623.847,50	812.100,00	400.000,00	5.035.947,50	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				812.100,00	400.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...							

Em ____ de ____ de ____

O Presidente da Câmara, _____

Os Vereadores:

Aprovada em reunião de

37

ATA nº 13
24 junho 2014

F 918

[Signature]

[Signature]



3. 3ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS CONCELHOS DE SANTO TIRSO E TROFA – ALTERAÇÃO DE ANEXOS QUE CONSTAM DO PROCESSO PRESENTE À REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 17/06/2014: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e cinco de junho findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----

As alterações referidas no aludido despacho constam já do dossiê anexo à deliberação da assembleia municipal, da mesma data, que aprovou a 3ª Alteração ao Contrato de Concessão acima referido.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o aludido despacho, proferido pelas razões nele mencionadas.-----

A câmara deliberou, com cinco votos a favor, ratificar o referido despacho.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM, com a seguinte declaração de voto:-----



Reunião de câmara de 08 Julho de 2014

Ponto 3 da Ordem do Dia

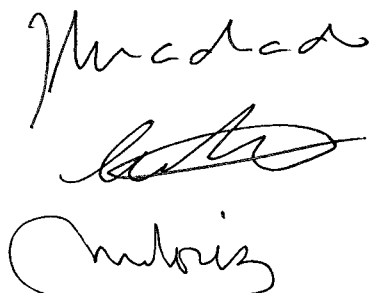
Declaração de Voto

Os vereadores eleitos pela coligação PSD/PPM votaram contra a ratificação do despacho do Presidente da Câmara, pelas mesmas razões já aduzidas na declaração de voto que fizeram na reunião de câmara de 24 de Junho, sobre a proposta que nessa data apresentaram para a redução dos tarifários da água. A maioria socialista recusou também alargar os patamares de consumo por m3 para os consumidores domésticos, bem como, ignorou as famílias mais numerosas, com três ou mais dependentes, para as quais propusemos mais 3 m3 por mês por cada elemento adicional do agregado familiar.

Os vereadores do partido Social Democrata sempre consideraram adequada a inclusão de tarifários especiais, de forma a garantir aos agregados familiares mais vulneráveis o acesso equitativo ao serviço de água. Por isso defenderam uma tarifa social da água, beneficiando as famílias mais carenciadas e os agregados que usufruem do RSI, tendo exatamente em atenção o princípio da acessibilidade económica que deve presidir à estruturação dos tarifários aplicáveis, tal como é referido no parecer da ERSAR de que a câmara municipal fez tábua rasa.

Por último, os vereadores do PSD lamentam que esta terceira alteração ao contrato de concessão do serviço público municipal de abastecimento de água tenha sido mais uma oportunidade perdida para a coesão social num município que continuará a pagar a água mais cara, comparativamente aos outros concelhos que também entregaram a concessão à Indáqua (Matosinhos, Vila da Feira, Vila do Conde e Fafe).

Santo Tirso, 08 de julho de 2014



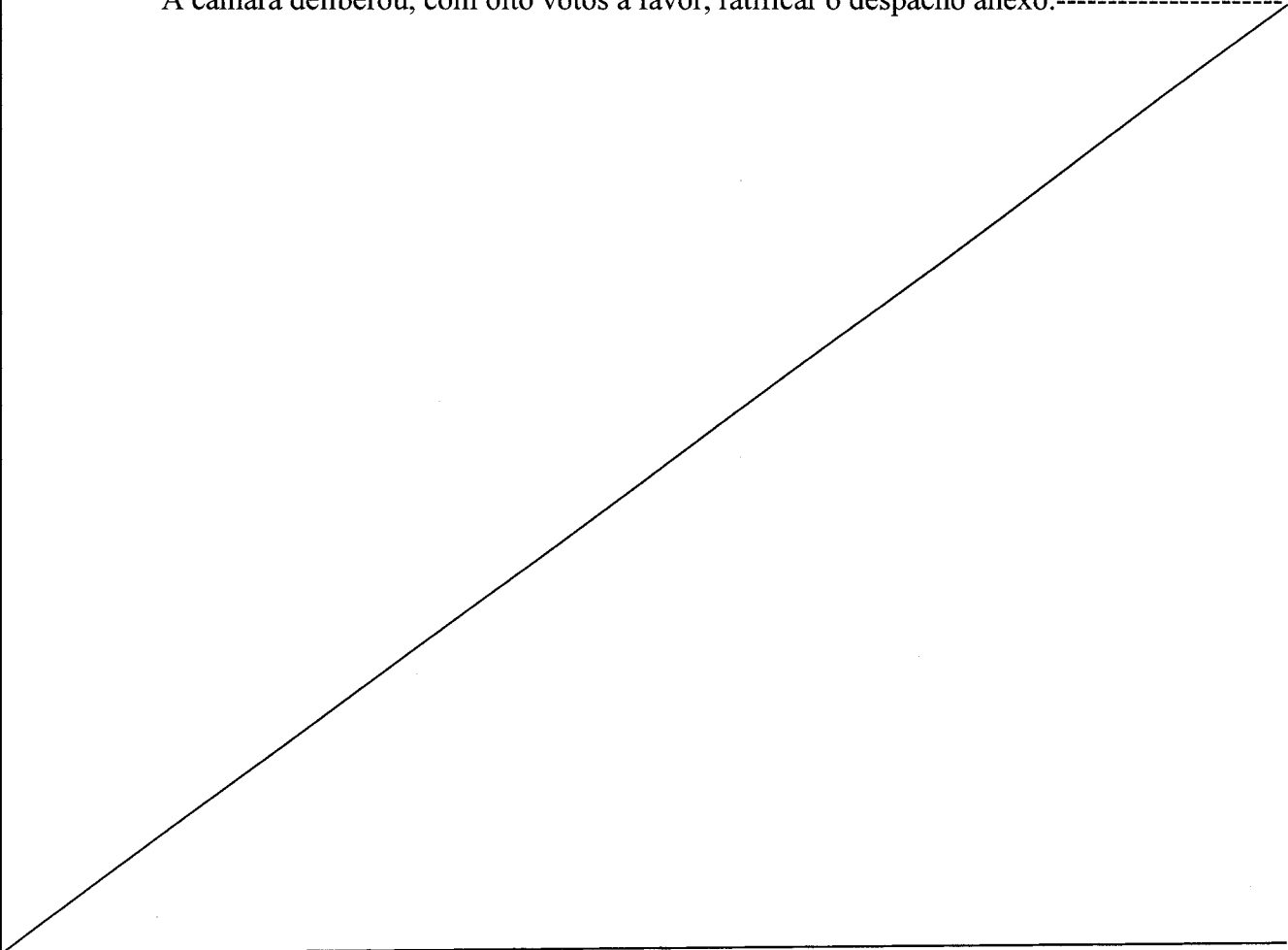


4. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO: PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DOS ENCARGOS INERENTES AOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E URBANOS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

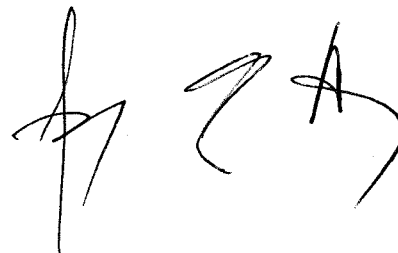
Presente o despacho do senhor presidente da câmara de três do corrente mês de julho, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quatro folhas.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o aludido despacho, proferido pelas razões nele mencionadas.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----



DESPACHO



Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso: Proposta de transferência para a câmara municipal dos encargos inerentes aos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos.

Dr Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido aprovar a proposta constante da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de dois do corrente mês de julho, da qual se anexa cópia ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes folhas.

Os compromissos inerentes aos encargos a assumir pela câmara municipal estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 1231/2014, 1811/2014 e 1815/2014 (SUMA) e 1810/2014, 1816/2014 e 1232/2014 (RESINORTE), todos de 03 do corrente mês de julho, que se juntam igualmente ao presente despacho.

Para além da fundamentação constante da aludida deliberação do conselho de Administração dos SMAES, a presente decisão, ao abrigo da referida competência excecional, é tomada pelo facto de ser urgente a comunicação às identificadas sociedades para faturarem já no mês de julho os serviços prestados diretamente à câmara municipal, sendo que essa faturação é feita até ao dia 05 do mês seguinte àquele em que os serviços foram prestados.

Assim, não é possível reunir extraordinariamente, em tempo útil a câmara municipal.

Remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

À DFC para os devidos efeitos.

À DJAG para comunicar a presente decisão às sociedades SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. e RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos sólidos, S.A.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Santo Tirso, 03 de julho de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

42



43

ATA N.º 14
02 de julho de 2014
F 3/5

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

1 - Proposta de transferência para a Câmara Municipal dos encargos inerentes aos serviços de

recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos-----

O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, ao abrigo da sua competência prevista na alínea f) do artigo 13º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e com a fundamentação seguinte, decide propor à câmara municipal que os encargos inerentes aos contratos a seguir referidos passem a ser assumidos pelo Orçamento da câmara municipal.-----

Por deliberação deste Conselho de Administração de treze de junho de dois mil e treze foi proposta à câmara municipal a extinção destes Serviços Municipalizados, pelas razões constantes dessa deliberação, que veio a ser aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e sete de junho do mesmo ano, sob proposta da câmara municipal de vinte e seis do mesmo mês de junho;-----

A data da extinção destes serviços veio a ser sucessivamente prorrogada, conforme deliberações da assembleia municipal de vinte de dezembro de dois mil e treze e vinte e cinco de junho findo;-----

Não obstante a prorrogação do prazo previsto para extinção dos SMAES, considerando que os Serviços Municipalizados integram a estrutura organizacional do município e que é conveniente que os procedimentos inerentes à transferência de todos os direitos e obrigações dos SMAES para a câmara municipal, face à necessidade da prática de atos materiais para operacionalização da extinção, se faça de modo gradual durante o decurso do segundo semestre do ano em curso, de modo a que à data da efetiva extinção não ocorra qualquer prejuízo para o interesse público, nomeadamente para a normal prossecução das actividades atualmente prosseguidas pelos Serviços Municipalizados e já previstas nas competências do Departamento de Planeamento e Ambiente da câmara municipal, como sejam:-----

- Promover, apoiar e acolher ações de sensibilização ambiental; assegurar as atribuições e atividades na área do saneamento básico (abastecimento de água; drenagem e tratamento de águas residuais; recolha, tratamento, valorização e deposição dos resíduos sólidos urbanos), participar na elaboração e apreciação de estudos e, proceder ao acompanhamento a nível multimunicipal, intermunicipal e



44

ATA N.º 14
02 de julho de 2014

F 4/5

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

municipal dos vários sistemas na área do saneamento básico; coordenar e fiscalizar o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos;-----

Sem prejuízo da fiscalização do modo de execução dos respetivos contratos continuar a ser assegurada pelos técnicos atualmente afetos aos SMAES, e considerando ainda que a câmara municipal previu no seu Orçamento da Despesa para 2014 verba para satisfação dos encargos inerentes a esses contratos (classificações orgânicas 02.02.20.01 e 02.02.20.02);-----

Considerando que as razões que fundamentaram a decisão de prorrogação do prazo de extinção dos SMAES não se prendem com os contratos em causa; -----

Delibera este Conselho de Administração propor à câmara municipal que os encargos inerentes aos contratos Prestação de Serviços "Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos" e "Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos RSU e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final", o primeiro celebrado por escritura pública outorgada em vinte e dois de julho de 1993 com a sociedade SERURB – Serviços Urbanos Limitada, cuja posição contratual foi cedida à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; no âmbito de uma fusão por incorporação, conforme deliberação deste conselho de Administração de oito de julho de dois mil e sete, e o segundo celebrado em vinte e dois de dezembro de dois mil e nove, com a sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos sólidos, S.A., sejam assumidos diretamente pelo Orçamento da câmara municipal.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade. -----



A

5. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS DO CONCELHO: ALTERAÇÃO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício da Área Metropolitana do Porto, de trinta de junho findo, registado com o número sete mil duzentos e sessenta e quatro, a remeter a Primeira Adenda aos Protocolos de Cooperação celebrados entre aquela entidade, o município de Santo Tirso e as Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, que têm por objeto assegurar a “traçabilidade permanente dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a adquirir no âmbito do projeto **“Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Corpos de Bombeiros da AMP”** a desenvolver e a concretizar pela AMP, e que foram aprovados pela câmara municipal em reunião de um de abril último (item três da respetiva ata).-----

A Adenda agora celebrada altera a redação da cláusula sexta do Protocolo, referente à vigência do mesmo.-----

Serão juntas à ata da presente reunião cópia das Adendas celebradas, que têm em anexo a descrição dos equipamentos destinados a cada corporação de bombeiros, que ficam a constituir os Anexos II, III e IV da ata, cada um deles constituído por três folhas, todos rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão de celebração das Adendas aos aludidos Protocolos.-----



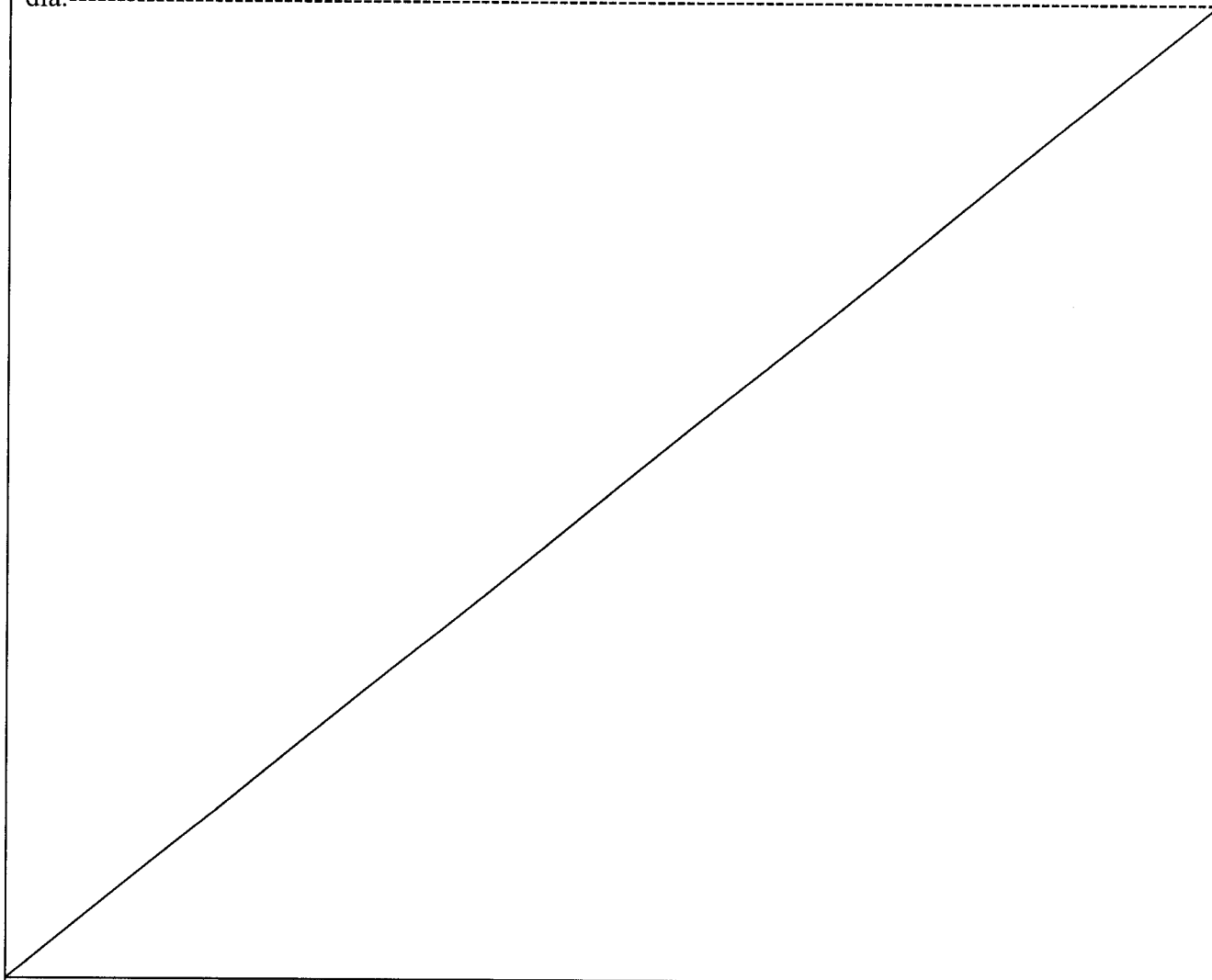
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE S. BENTO.-----

No momento da discussão desta proposta, que constitui o item sete da ordem do dia desta reunião, a câmara municipal decidiu, por unanimidade, que este assunto seria analisado e votado depois de votados os demais assuntos constantes da referida ordem do dia, pelo que o assunto constituirá o item onze desta ata.-----

Os subsequentes assuntos da ordem do dia serão renumerados, quer em função desta decisão, quer pelo facto de ter sido retirado de reunião o assunto constante do item seis da ordem do dia.-----





6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL AOS AGRUPAMENTOS DE ESCUTEIROS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o trabalho desenvolvido pelos Agrupamentos de Escuteiros do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que os Agrupamentos de Escuteiros desenvolvem um papel importante no desenvolvimento humanista e solidário da juventude escutista;-----

Considerando que a estrutura base do Corpo Nacional de Escutas (CNE) é o Agrupamento Local, a comunidade local, normalmente integrada numa Paróquia, que é liderado por um elemento eleito, o Chefe de Agrupamento;-----

Considerando, no entanto, que estes Agrupamentos não têm personalidade jurídica, integrando-se na organização da associação Corpo Nacional de Escutas, pessoa coletiva número 500972052, representada pela Junta Central (órgão executivo) que é uma associação de juventude, destinada à educação integrada dos jovens de ambos os sexos, baseada no voluntariado, sendo um movimento de carácter não político, aberto a todos;-----

Considerando que o Corpo Nacional de Escutas é uma instituição reconhecida de utilidade pública pelo Governo, conforme despacho publicado no Diário da República, n.º 177, III série, de 8 de agosto de 1983;-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir ao Corpo Nacional de Escutas um subsidio no montante global de 3.960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros), a distribuir pelos Agrupamentos de Escuteiros a seguir identificados, na quantia de 330,00 € (trezentos e trinta euros) para cada Agrupamento, e a pagar ao respetivo Chefe de Agrupamento, para ajudar a custear as atividades que cada Agrupamento desenvolve junto da comunidade local.-----



AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS-----

- Agrupamento 400 (Burgães – São Tiago);-----
- Agrupamento 842 (S. Martinho do Campo);-----
- Agrupamento 93 (S. Tomé de Negrelos);-----
- Agrupamento 628 (Santo Tirso – São Bento);-----
- Agrupamento 1348 (S. Miguel da Lama);-----
- Agrupamento 185 (S. Tiago de Areias);-----
- Agrupamento 502 (Roriz – São Pedro);-----
- Agrupamento 201 (Sequeirô – S. Martinho);-----
- Agrupamento 004 (Vila das Aves – S. Miguel);-----
- Agrupamento 387 (Palmeira – São Sebastião);-----
- Agrupamento 399 (Rebordões – São Tiago);-----
- Agrupamento 503 (S. Bartolomeu).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1549/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1819/2014, de três do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES.-----

Presente informação da divisão de cultura e turismo, de vinte e quatro de junho findo, registada com o número sete mil trezentos e quarenta e seis, a sugerir a atribuição de um subsídio no montante de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, para ajudar a custear as despesas da associação com a participação da Fanfarra dos Bombeiros na Festa das Vindimas em Gross-Umstadt, cidade alemã geminada com Santo Tirso.

Pelo senhor presidente foi apresenta a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando que a participação da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários Tirsenses na Festa das Vindimas, em Gross-Umstadt, Alemanha, honra o concelho de Santo Tirso e divulga o nome e a cultura da cidade;-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1674/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1854/2014 de sete do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature]

8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM AS SEGUINTE ENTIDADES.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro e artigos 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro, e ao abrigo da sua competência prevista nas alíneas o) e u) do n.º 1 do Anexo I do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar os seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo:



8. A) Com a associação Águias Futebol Clube de S. Salvador do Campo.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de vinte e dois de maio último, registada no Sistema de Gestão Documental com o número sete mil trezentos e trinta;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela associação Águias Futebol Clube de S. Salvador do Campo, pessoa coletiva número 503 191 965, com o seu ofício de quatro do corrente mês de julho, registado com o número sete mil trezentos e quarenta e cinco;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em vinte e seis de março último, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em sete de corrente mês de julho, válida por seis meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela associação Águias Futebol Clube de S. Salvador do Campo merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1243/2014.-----

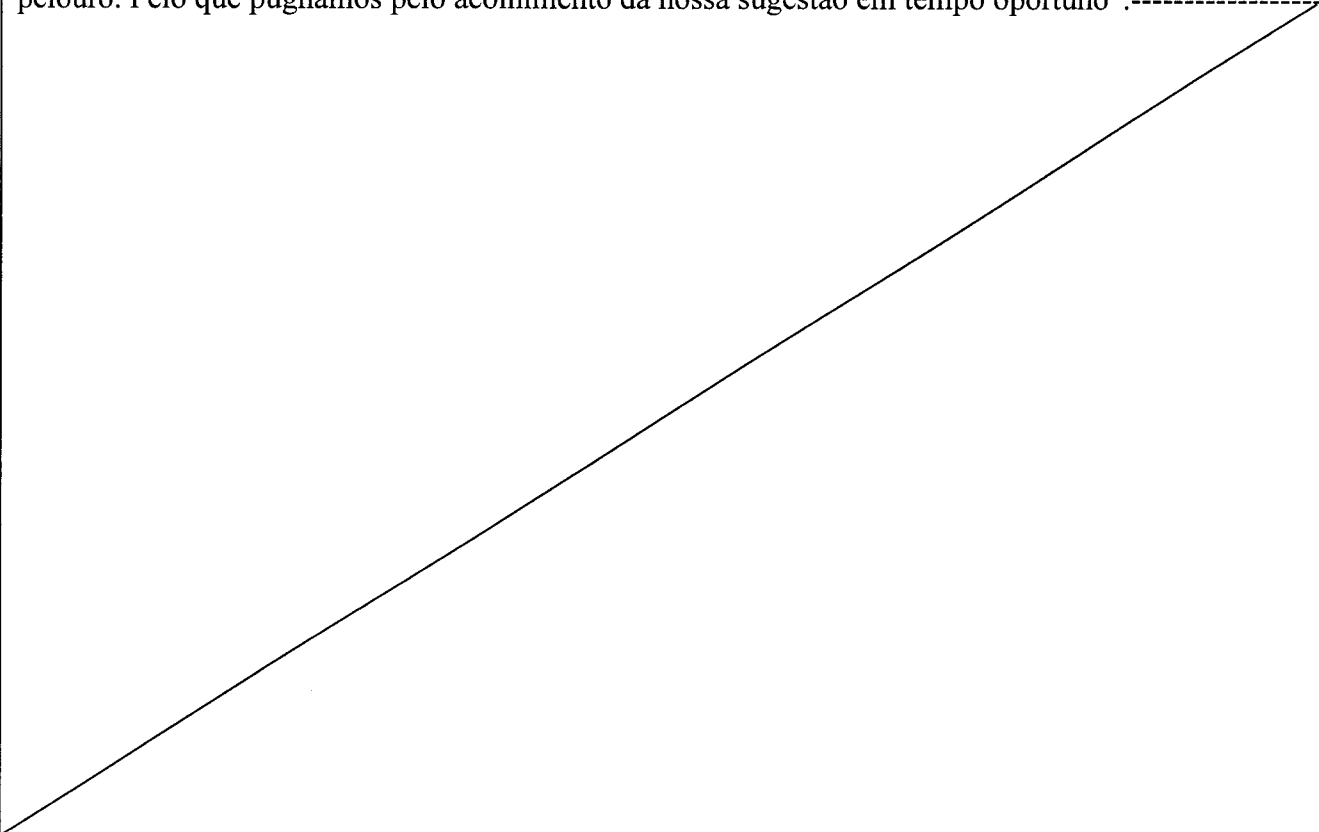
Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 1379/2014, de quatro do corrente mês de julho.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente a celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo que antecede, tomando em boa conta a informação que nos foi dada de que todos os procedimentos legais foram devidamente observados, apesar de faltar essa evidência na documentação que nos foi facultada. Foi-nos assegurado pelo senhor vereador do pelouro respetivo o cumprimento integral de todos os preceitos legais subjacentes à concessão destes benefícios públicos. Sem prescindir, reiteramos aquilo que em reuniões anteriores, solicitamos a este propósito, ou seja, a criação de uma “check-list” comum e nos termos legais, onde constem todos os documentos exigidos na celebração dos Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo, onde conste bem evidenciado a entrega dos mesmos. Este procedimento constituiria uma normalização documental que facilitaria a análise e decisão aos vereadores em exercício, com ou sem pelouro. Pelo que pugnamos pelo acolhimento da nossa sugestão em tempo oportuno”.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

53

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E ÁGUIAS FUTEBOL CLUBE DE SÃO SALVADOR DO CAMPO

Outorgantes

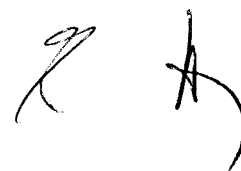
Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Joaquim Dias Costa, casado, natural de S. Mamede de Negrelos, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de identidade n.º 795 00 79, com a validade 21/12/2017 emitido pelo SIC do Porto, residente na Travessa da Devesa, n.º 192 – B, 4795-538, da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), concelho de Santo Tirso, Presidente da "Águias Futebol Clube de São Salvador do Campo", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 503191965, com sede na Travessa da Devesa 192-b 4795-538, s/n, da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), concelho de Santo Tirso, adiante designada por AFC.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Águias Futebol Clube de São Salvador do Campo movimenta um considerável número de atletas e dirigentes na sua participação nas provas de Pesca desportiva;

Considerando que o Águias Futebol Clube de São Salvador do Campo tem elevadas despesas na participação nas designadas provas nomeadamente com inscrições e no transporte.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Águias Futebol Clube de São Salvador do Campo":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

55

divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela AFC, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva de Rio;
- Participação na Provas Extra do Campeonato Concelhio de Pesca de Rio.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 671,00 euros (seiscentos e setenta e um euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- A AFC obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da AFC

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da AFC assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta



Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da AFC confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.



Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1379/2014 datado de 21 de maio de 2014.

O Águias Futebol Clube de São Salvador do Campo tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

58

automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta em 26 de março de 2014, válida pelo período de quatro meses, e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em _____.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



PLANO ATIVIDADES PARA 2014 E CONTAS

CAMPEONATO CONCELHIO CAMARA M. SANTO TIRESO PESCA DESPORTIVA RIO

6 PESCADORES SENIORES. 90€

PROVA FESTAS DE S. BENTO PESCA DESPORTIVA RIO CAMARA M. SANTO TIRESO

8 OU 10 PESCADORES. 80€

PROVA DE SENHORAS PESCA DESPORTIVA RIO CAMARA M. SANTO TIRESO

5 PESCADORAS 40€

PROVA DE CRIANCAS PESCA DESPORTIVA DE RIO CAMARA M. SANTO TIRESO

6 PESCADORES 60€

PROVAS CAMPEONATO INTER-SOCIOS PESCA DESPORTIVA RIO CAMARA MUNICIPIO

SANTO TIRESO 180€

DESPESAS COM TRANSPORTE 180€

ASSOCIACAO DO PORTO INSCRICAO 41€

8. B) Com o Clube Desportivo de S. Salvador do Campo.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de trinta de maio último, registada no Sistema de Gestão Documental com o número sete mil trezentos e trinta e um;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, pessoa coletiva número 504 260 065, com o seu ofício de vinte e um de fevereiro último, registado com o número dois mil duzentos e doze;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação tributária regularizada conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte de janeiro último, válida por seis meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Clube Desportivo de S. Salvador do Campo merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1323/2014.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 1468/2014, de vinte e nove de maio.-----

O respetivo contrato-programa só será celebrado depois da associação apresentar certidão comprovativa de ter a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----

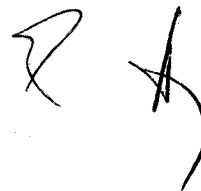
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl. 61
8 de julho de 2014

Os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM declararam que votaram favoravelmente, dando aqui por reproduzida a declaração de voto anterior.---



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Ricardo Silvino da Silva Costa, casado, natural de S. Mamede de Negrelos, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 10770681, residente Rua Santo Isidro, n.º 18, da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), Presidente do "Clube Desportivo de São Salvador do Campo", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 504260065, com sede na Travessa Alto do Monte, n.º 89, da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), concelho de Santo Tirso adiante designada por CDSSC.

Pressupostos:

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

63

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;



Considerando que o Clube Desportivo de São Salvador do Campo movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nos Campeonatos Distritais de Futsal da AF Porto;

Considerando que o Clube Desportivo de São Salvador do Campo promove eventos de relevância na modalidade de Atletismo;

Considerando que o Clube Desportivo de São Salvador do Campo tem elevadas despesas na participação nos respetivos Campeonatos e na Organização das referidas provas.

Entre o Município de Santo Tirso e o "Clube Desportivo de São Salvador do Campo":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:



Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela CDSSC, que a seguir se enuncia:

- Participação nas Competições Distritais de Futsal da AF Porto, com equipas nos escalões escolinhas, infantis, iniciados, juniores e seniores, masculino e feminino;
- Organização da Prova de Atletismo “16º GP de Atletismo da Páscoa”;
- Organização de um torneio de futsal e ténis;
- Participação em provas de atletismo inter-clubes, ao nível local, regional e nacional;
- Participação nos corta matos internacionais de Amora, Oeiras e Torres Vedras.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 67.050,00 euros (sessenta e sete mil e cinquenta euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 3.000,00€ (três mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

65

formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O CDSSC obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do CDSSC

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do CDSSC assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte do CDSSC confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

67

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1323/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1468/2014 datado de 29 de maio de 2014.

O Clube Desportivo de São Salvador do Campo tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta em _____, e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em 20 de janeiro de 2014, válida pelo período de seis meses.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Clube Desportivo de São Salvador do Campo

68

Fundado em 5 de Outubro de 1997

Travessa Alto do Monte, 89

4795 – 533 São Salvador do Campo

N/Ofício n° 011/2014

Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Municipal de Santo Tirso

Anexo I

I - Programa de Desenvolvimento Desportivo 2014

Futsal:

A Secção de Futsal abrange os escalões de formação (Escolinhas, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores) e de competição (Seniores Masculinos e Femininos); envolvendo cerca de 130 atletas.

Atividades a desenvolver:

- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão escolinhas)
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão infantis);
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão iniciados);
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão juniores femininos);
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão juniores masculinos);
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão seniores femininos);
- Participação no Campeonato Distrital de Futsal (escalão seniores masculinos);

Custos com o Programa:

- Campeonato Distrital de Futsal (escalão escolinhas); 3.500,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão infantis); 4.000,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão iniciados); 4.800,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão juniores femininos); 5.500,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão juniores masculinos); 6.000,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão seniores femininos); 18.000,00 € ✓
- Campeonato Distrital de Futsal (escalão seniores masculinos); 13.000,00 € ✓

O Valor orçamentado para as atividades desta modalidade é 54.800.00 €;

Neste valor estão incluídas as inscrições nos campeonatos, exames médicos (obrigatórios), inscrições e seguros de todos os atletas, treinadores e directores, pavilhões para treinos e jogos, deslocações, Forças de Segurança (GNR obrigatório no Escalão Sénior Masculino e Feminino), bolas e todo o material desportivo necessários para treinos e jogos.

Atletismo:

69

A secção de Atletismo abrange os escalões de Juniores, Seniores e Veteranos com 16 Atletas Federados participando em:

- Participação em provas de Atletismo Inter-Clubes, ao nível local e regional;
- Participação nos Corta Matos Internacionais de Amora, Oeiras e Torres Vedras;
- Participação no Corta Mato Regional Curto e Longo;
- Participação nas provas do Campeonato Corta Mato da Zona Norte;
- Participação nas provas do Campeonato Nacional de Corta Mato Curto, e Campeonato Nacional de Corta Mato Longo;
- Participação nas provas de pista de A.A do Porto e outras.

O Valor orçamentado para as actividades desta modalidade é 2.750.00 €.

II – Realização de eventos desportivos:

- Realização do 16º G. P. Atletismo da Pascoa; ✓
- Realização de um Torneio de Futsal; (Junho/Julho) ✓
- Realização de um Torneio de Ténis; (Abril/Maio) -

O Valor orçamentado para a realização destes eventos desportivos, são respectivamente, 6500 € prova atletismo e 3000 € torneio de Futsal e Ténis.

III – Realização de outras actividades:

- Passeio Anual do Clube Desportivo de São Salvador do Campo;
- Comemorações do Aniversário do clube (dia 5 de outubro);
- Realização da Gala de Natal.

Para qualquer esclarecimento 913182564.

Desde já gratos pela atenção prestada, ficamos aguardar uma decisão da vossa parte, nos despedimos com a mais elevada estima e consideração.

O Presidente da Direcção
CLUBE DESPORTIVO
S. SALVADOR DO CAMPO
TRAVESSA DO MÓDULO 1189
4795-533 SANTO TIRESO

(Ricardo Silvino da Silva Costa)

São Salvador do Campo, 21 de Fevereiro de 2014



8. C) Com a Associação Recreativa da Torre.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de vinte e dois de maio último, registada no Sistema de Gestão Documental com o número sete mil trezentos e vinte e oito;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação Recreativa da Torre, pessoa coletiva número 501 883 975, com o seu ofício de oito de abril último, registado com o número três mil setecentos e setenta;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação tributária regularizada conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em quatro do corrente mês de julho, válida por três meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação Recreativa da Torre merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1243/2014.-----

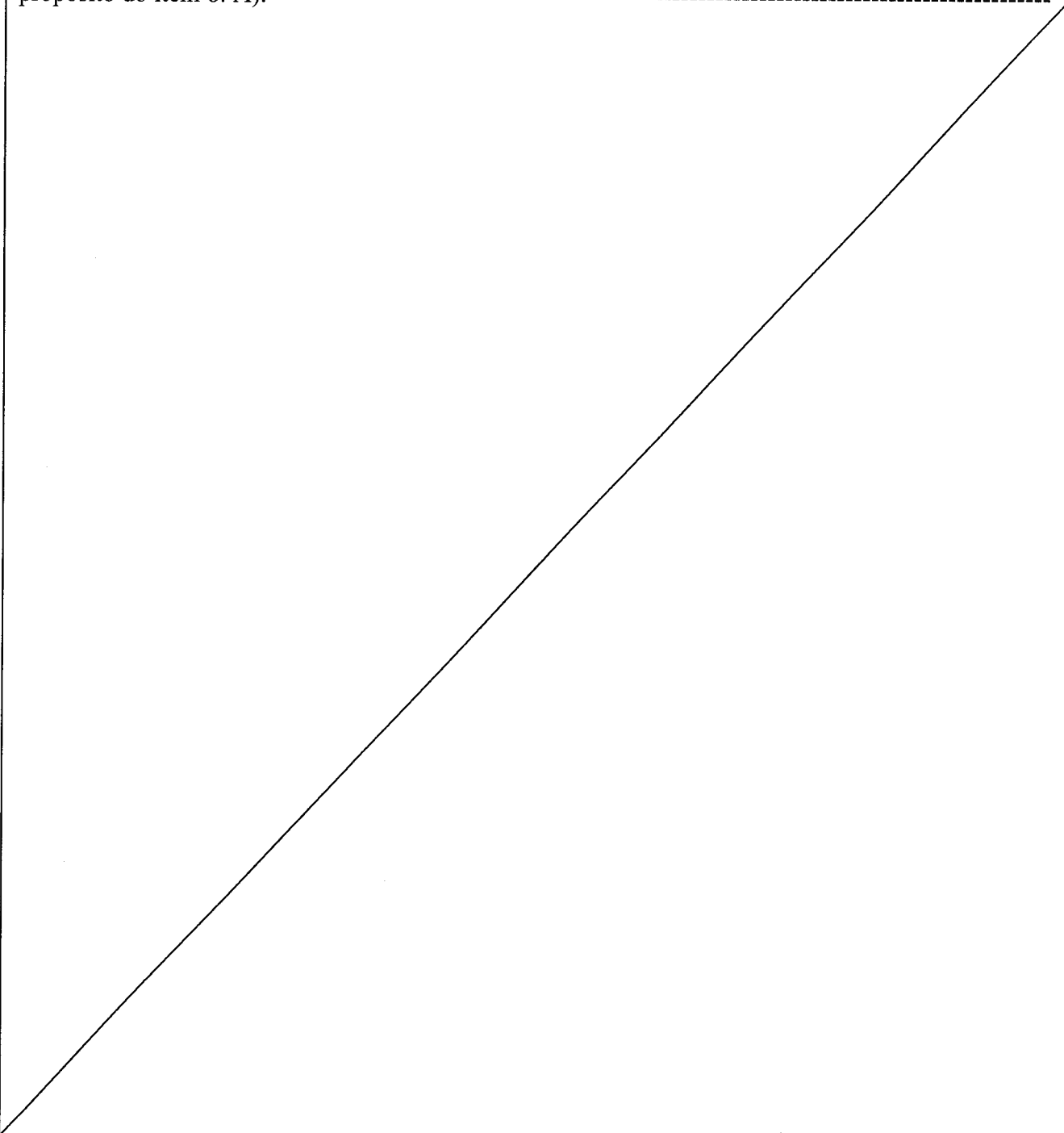
Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 1381/2014, de vinte e um de maio.-----

O respetivo contrato-programa só será celebrado depois da associação apresentar certidão comprovativa de ter a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



Os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM declararam que votaram favoravelmente, dando aqui por reproduzida a declaração de voto proferida a propósito do item 8. A).-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

72

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA TORRE”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: António José Moreira da Costa Rodrigues, natural de Santo Tirso, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 301 980 8, válido até 10/11/2015, emitido pelo SIC Lisboa, residente na Rua Dr. Arnaldo Coelho, n.º 25, na União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, Presidente da “Associação Recreativa da Torre” o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 501883975, com sede na Rua Alberto Pimentel, n.º 205, da referida freguesia e concelho, adiante designada por ART.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

73

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Recreativa da Torre movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nas Provas do Campeonato Nacional de FEEDER – Sénior e Provas Regionais da ARNPDR;

Considerando que a Associação Recreativa da Torre movimenta um elevado número de atletas jovens e dirigentes na sua participação nos escalões jovens do Campeonato Nacional e Regional de Pesca;

Considerando que a Associação Recreativa da Torre tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições.

Entre o Município de Santo Tirso e a “Associação Recreativa da Torre”:

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ART, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Nacional Feeder - Sénior;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

74

- Participação no Campeonato Regional Ind. 1ª Divisão - Sénior;
- Participação no Campeonato Regional Juvenis/Juniores;
- Participação no Campeonato Nacional Juvenis/Juniores;
- Participação no Campeonato Mundo Juvenis - U14 – Holanda;
- Participação no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva;
- Participação nas provas extra do Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução das atividades prosseguidas na cláusula anterior, constantes do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 3.400,00 euros (três mil e quatrocentos euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 375,00€ (trezentos e setenta e cinco euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

75

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- A ART obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ART

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ART assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ART confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

76

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1381/2014 datado de 21 de maio de 2014.

A Associação Recreativa da Torre tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta em _____ e tem a situação tributária



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

77

regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo
Serviço de Finanças de Santo Tirso em _____.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Associação Recreativa da Torre

FUNDADA EM 28-7-80

Rua Alberto Pimentel, N.º 205 4780-386 Santo Tirso

ANEXO I

CONTRIB. N.º 501 883 975

ACTIVIDADES DESPORTIVAS A DESENVOLVER - 2014

PREVISÃO
VALOR EUR

1-PESCA DESPORTIVA FEDERADA/RECREATIVA ✓

FILIAÇÕES / INSCRIÇÕES CAMPEONATOS / CATIVAÇÃO PROVA

500,00 €

PROVAS E ESCALÕES ETÁRIOS

DATA,

PROVAS CONCELHIAS - RECREATIVAS

CAMPEONATO CONCELHIO DE PESCA DESPORTIVA - SÉNIORES ✓

100,00 €

CONCURSO DE PESCA DESPORTIVA DE S. BENTO - SENIORES

50,00 €

ENCONTRO CONCELHIO DE PESCA JOVEM - 1º - 2º E 3º ESCALÕES

50,00 €

PROVAS FEDERADAS

CAMPEONATO REGIONAL - JUVENIS / JUNIORES

1ª PROVA - QUINTA DA BOAVISTA (ILHAVO)

150,00 €

2ª PROVA - RIO TAMEGA (CAVEZ)

150,00 €

3ª PROVA - RIO AVE (VILA DAS AVES)

75,00 €

CAMPEONATO NACIONAL - JUVENIS / JUNIORES ✓

1ª/2ª PROVA - RIO SORRAIA - S. JUSTA

800,00 €

3ª/4ª PROVA - RIO AVE - VILA DAS AVES

525,00 €

CAMPEONATO MUNDO JUVENIS - U14 - HOLANDA ✓

1.000,00 €

CAMPEONATO REGIONAL DE CLUBES 2 DIVISÃO - SENIORES

1ª E 2ª PROVA - RIO AVE - V.AVES/ RIBA D'AVE

100,00 €

3ª E 4ª PROVA - RIO TAMEGA - CAVEZ

300,00 €

CAMPEONATO NACIONAL DE FEEDER - SENIORES

1ª PROVA - RIO TAMEGA - CHAVES

100,00 €

2ª PROVA - RIO TAMEGA - CAVEZ

100,00 €

3ª PROVA - QUINTA DA BOAVISTA - ILHAVO

100,00 €

PROVAS ASSOCIATIVAS (CONCURSOS NACIONAIS)

460,00 €

CAMPEONATO REGIONAL IND. 1ª DIVISÃO - SENIORES

1ª E 2ª PROVA - RIO TAMEGA - CAVEZ

100,00 €

3ª E 4ª PROVA - RIO AVE - VILA DAS AVES

50,00 €

5ª E 6ª PROVA - RIO AVE - SANTO TIRSO

50,00 €

PROVAS ORGANIZADAS PELA ARNPD

PROVA DE ABERTURA

60,00 €

PROVA DE ENCERRAMENTO

60,00 €

OUTRAS DESPESAS (Manutenção de equipamentos, fornecimentos e serviços externos, etc.

5.900,00 €

SOMA

10.780,00 €



8. D) Com o Clube de Pesca de Roriz.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de vinte e dois de maio último, registada no Sistema de Gestão Documental com o número sete mil trezentos e vinte e nove;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo Clube de Pesca de Roriz, pessoa coletiva número 510 190 839, com o seu ofício de quatro do corrente mês de julho, registado com o número sete mil trezentos e quarenta e oito;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em sete do corrente mês de julho, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em cinco do mesmo mês de julho, válida por três meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Clube de Pesca de Roriz merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1243/2014.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 1380/2014, de vinte e um de maio último.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



Os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM declararam que votaram a favor com a mesma declaração de voto proferida a propósito do item 8.

A).-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O “CLUBE DE PESCA DE RORIZ”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: José Moreira Portilha, casado, natural de Roriz, freguesia de Roriz, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 8800628, válido até 12/11/2016, residente na Rua José Rodrigues de Castro, n.º 28, em Roriz, Presidente do Clube de Pesca de Roriz, o qual outorga em representação do respetivo Clube, pessoa coletiva número 510190839, com sede na Rua do Calvário, 332, freguesia de Roriz, concelho de Santo Tirso adiante designado por CPR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

82

construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a participação do Clube de Pesca de Roriz no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva comporta algumas despesas.

Considerando que o Clube de Pesca de Roriz movimenta atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Clube de Pesca de Roriz":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela CPR, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva de Rio;
- Participação na Provas Extra do Campeonato Concelhio de Pesca de Rio.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

83

parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 700,00 euros (setecentos euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O CPR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do CPR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do CPR assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

84

b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da CPR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da participação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1380/2014 datado de 21 de maio de 2014.

O Clube de Pesca de Roriz tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta em _____ e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em _____.

Santo Tirso, _____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

Os Segundos Outorgantes,

Plano de atividades para 2014

- Campeonato de Pesca Intersócios
- Participar nas provas do campeonato concelhio
- Prova de São Bento
- Sardinhada
- Passeio com os sócios e familiares
- Entrega de prémios
- Magusto

Despesas

• Inscrição associação de pesca	50€
• Aluguer das pistas para as provas	100€
• Provas concelhias, engodos, bicho e joia de inscrição	250€
• Prémios para o campeonato inter sócios	300€
Total	700€



9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

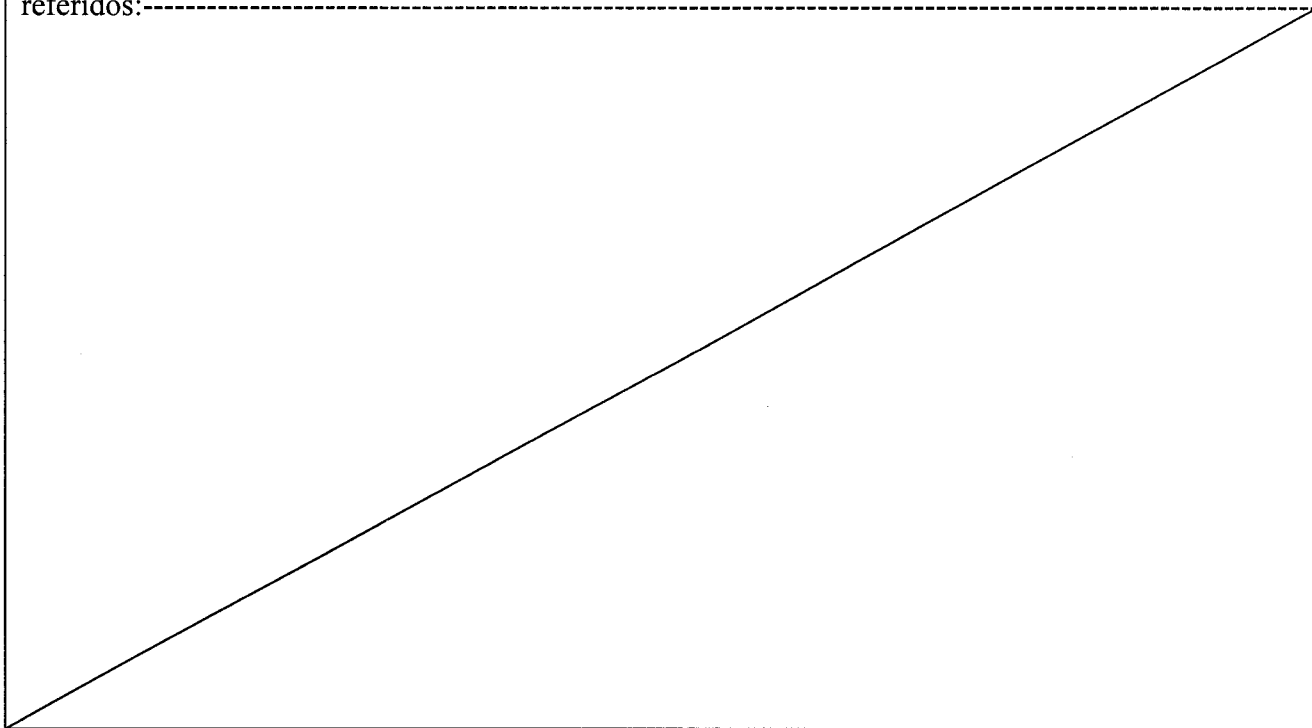
Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos:-----





A

7

9. A) À Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores, Reguenga.-----

Um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros), para ajudar a custear as despesas com as respetivas festas, que se realizam nos dias seis e sete de setembro, conforme pedido efetuado por ofício da Comissão de Festas acima referida, de vinte e oito de maio último, registado com o número cinco mil oitocentos e setenta e seis.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1670/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento n.º 1850/2014, de sete do corrente mês de julho.-----

A identificada Comissão de Festas é representada por António de Oliveira Conde.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7

9. B) À Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima e Divino Salvador – S. Salvador do Campo.-----

Um subsídio no montante de 150,00 € (cento e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as respetivas festas, que se realizam nos dias um a três de agosto, conforme pedido efetuado por ofício da Comissão de Festas acima referida, de um de fevereiro, registado com o número quatro mil seiscentos e três.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1670/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento n.º 1853/2014, de sete do corrente mês de julho.-----

A identificada Comissão de Festas é representada por Emílio Filipe Ferreira da Costa.----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7

9. C) À Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Espinhos – S. Martinho do Campo.-----

Um subsídio no montante de 150,00 € (cento e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as respetivas festas, que se realizam nos dias dezoito a vinte do corrente mês de julho, conforme pedido efetuado por ofício da Comissão de Festas acima referida, de dezassete de abril último, registado com o número quatro mil cento e trinta e quatro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1670/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento n.º 1851/2014, de sete do corrente mês de julho.-----

A identificada Comissão de Festas é representada por José Augusto de Sousa Martins.----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente à votação dos subsídios para as três Comissões de Festas que constam do item nove desta ata, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente a atribuição de subsídios às comissões de festas pelas circunstâncias meritórias e históricas que reconhecem a cada um dos eventos e respetivas Comissões. No entanto, mais uma vez reiteramos a este propósito algo que já citamos a propósito dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, ou seja, a necessidade de uma normalização documental a observar por todos os concorrentes aos pedidos de subsídio para festas e romarias. A informação que nos é apresentada, à semelhança de casos anteriores, é uma informação genérica, sem mapas de receitas e despesas dos respetivos eventos, plano de atividades, assim como não está evidenciada a rubrica da despesa da festa a que se destina o pedido de subsídio. Reiteramos, tal como no ponto anterior, que ainda assim votamos favoravelmente estas propostas, com base na informação prestada pelo vereador do pelouro respetivo quanto ao



9

cumprimento integral de todas as normas legais subjacentes à atribuição de subsídios para festas e romarias. Ainda assim insistimos na necessidade de no futuro ser prestada informação mais detalhada, que permita avaliar a dimensão, grandiosidade e orçamento de cada uma das festas ou romarias, tendo em conta a sua heterogeneidade, por forma a serem concedidos subsídios equitativos”.-----



10. REQUERIMENTO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA – COLÉGIO DE LOURDES: PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTES AO PEDIDO DE LICENÇA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO (PROCESSO 638/202).-----

Presente o processo de obras particulares, registado na câmara municipal com o número 638/202, no qual é requerente a Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora – Colégio de Lourdes, respeitante a um pedido de licenciamento das suas instalações sita na Rua Padre Luís Gonzaga Pinheiro, freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, que consiste na construção de mais um piso num edifício já existente. A ampliação pretendida permitirá alargar o ensino do Colégio de Lourdes até ao 9º ano.-----

Do processo consta pedido de isenção das taxas devidas pelo respetivo licenciamento.----

Este pedido vem informado pela directora do departamento de planeamento e ambiente, que, conforme informação de vinte e seis de junho findo, conclui que se consideram garantidas as condições para o reconhecimento do interesse social e económico previsto na alínea f) do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na informação do departamento de planeamento e ambiente, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse reconhecer o especial interesse social e económico da actividade prevista para a construção em causa, e consequentemente deliberasse isentar a requerente do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da construção respeitante ao referido processo de obras particulares.

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE S. BENTO, FREGUESIA DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de vinte e sete de maio último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número sete mil e setenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Bento, que se irão realizar de dez a treze do corrente mês de julho.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que as “Festas de S. Bento” têm uma grande tradição no concelho de Santo Tirso, sendo consideradas as “Festas do concelho”, já que o dia de S. Bento, onze de julho, é igualmente o dia do feriado municipal;-----

Considerando que, apesar de todo o apoio da câmara municipal, a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de uma comissão que especialmente se constituiu para esse efeito;-----

Considerando que compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza cultural, com interesse para o município:-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Comissão de Festas de S. Bento, representada por Dra. Blandina Alexandra Ferreira dos Santos, um subsídio no montante de 70.000,00 € (setenta mil euros), sendo a importância de 40.000,00 € (quarenta mil euros) a pagar em julho e 30.000,00 € (trinta mil euros) a pagar em agosto.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1659/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 1847/2014, de sete do corrente mês de julho.-----



No período de discussão da proposta que antecede, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM fizeram a seguinte declaração:-----

“Considerando que não nos foi facultada nenhuma documentação legal para suporte desta deliberação, sobretudo tendo em consideração as obrigações legais face ao montante envolvido (70.000 euros), considerando que solicitamos um pedido de adiamento para tornar possível que a câmara nos facultasse a documentação legal em falta, considerando que quatro dos vereadores em exercício de funções na câmara municipal pelo Partido Socialista integram a Comissão de Festas, sendo a presidente da referida Comissão a vereadora Ana Maria Ferreira; Considerando o elevado respeito que nos merecem as Festas de S. Bento, os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM tudo fizeram para poderem decidir em consciência e com a dignidade que o evento merece. Tratamento diferenciado acerca deste assunto, teve à câmara municipal ao não ser capaz de nos facultar, nomeadamente, o Orçamento das Festas, estando em causa dinheiros públicos e não sendo possível distinguir onde começam e onde terminam as atribuições e competência da Comissão de Festas, que se confunde claramente com a atividade dos vereadores, que aparecem aqui como juízes em causa própria. Parece-nos uma vez mais que o respeito e dignidade das Festas de S. Bento exigiria a assunção deste evento nas suas atividades próprias e não sob a capa de uma alegada comissão que não sabemos se está legalmente constituída, porque também a esse propósito não nos foi facultada a documentação legal obrigatória, e a muito mais teria responsabilidade a presidente da Comissão de Festas, em resultado da sua condição de vereadora do pelouro do Partido Socialista.-----

Por todas estas razões acima enunciadas e considerando a indisponibilidade para a apresentação da documentação legalmente exigida e porque não faz sentido que a câmara municipal exija de uma qualquer outra Comissão de Festas aquilo que ela própria não exige à Comissão de Festas de S. Bento. Ou seja, se uma qualquer Comissão tem preceitos para cumprir, a Comissão de Festas de S. Bento não é exceção. Por tudo isto não podemos participar na votação que seguidamente terá lugar, circunstância que muito lamentamos”.-----



Após a declaração que antecede, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM ausentaram-se da reunião.-----

De seguida, pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte declaração:-----

“Face à ausência dos senhores vereadores do PPD/PSD.PPM, no momento da votação deste ponto da ordem de trabalhos, de grave irresponsabilidade política, cumpre-me declarar o seguinte:-----

1. Sempre foi a câmara municipal a suportar os custos das Festas de S. Bento;-----
2. A Comissão de Festas foi constituída à semelhança de anos anteriores, com representação de pessoas e instituições da sociedade civil, nomeadamente a ACIST e a junta de freguesia. Sempre o PSD votou favoravelmente.-----
3. Trata-se de uma Comissão de Festas que não nos parece obedecer aos requisitos levantados pelos senhores vereadores da oposição. O orçamento é elaborado pela Comissão de Festas e não pela câmara municipal.-----
4. A ausência da reunião trata-se dum “fait divers” lamentável que pretende e impediu a votação do subsídio para as Festas de S. Bento.-----
5. É duma grande hipocrisia política o comportamento e declarações produzidas pela oposição. Fica registado que o PSD.PPM pretendeu impedir a realização das Festas de S. Bento. A população do concelho e da cidade que tire as suas ilações.-----
6. Lamenta-se que a oposição não saiba distinguir “oposição política” da “chicana política”, sendo que neste caso, com graves prejuízos, para o programa cultural municipal.-----
7. A seu tempo será remetido o relatório e contas da Comissão de Festas, que é público.--
8. Lamentamos finalmente que o PSD.PPM se afaste da população da cidade e do concelho, com esta atitude de abandono da sala de reuniões, não votando.-----

Face à situação criada, convocarei uma reunião extraordinária, com este ponto único na

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl. 96
8 de julho de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

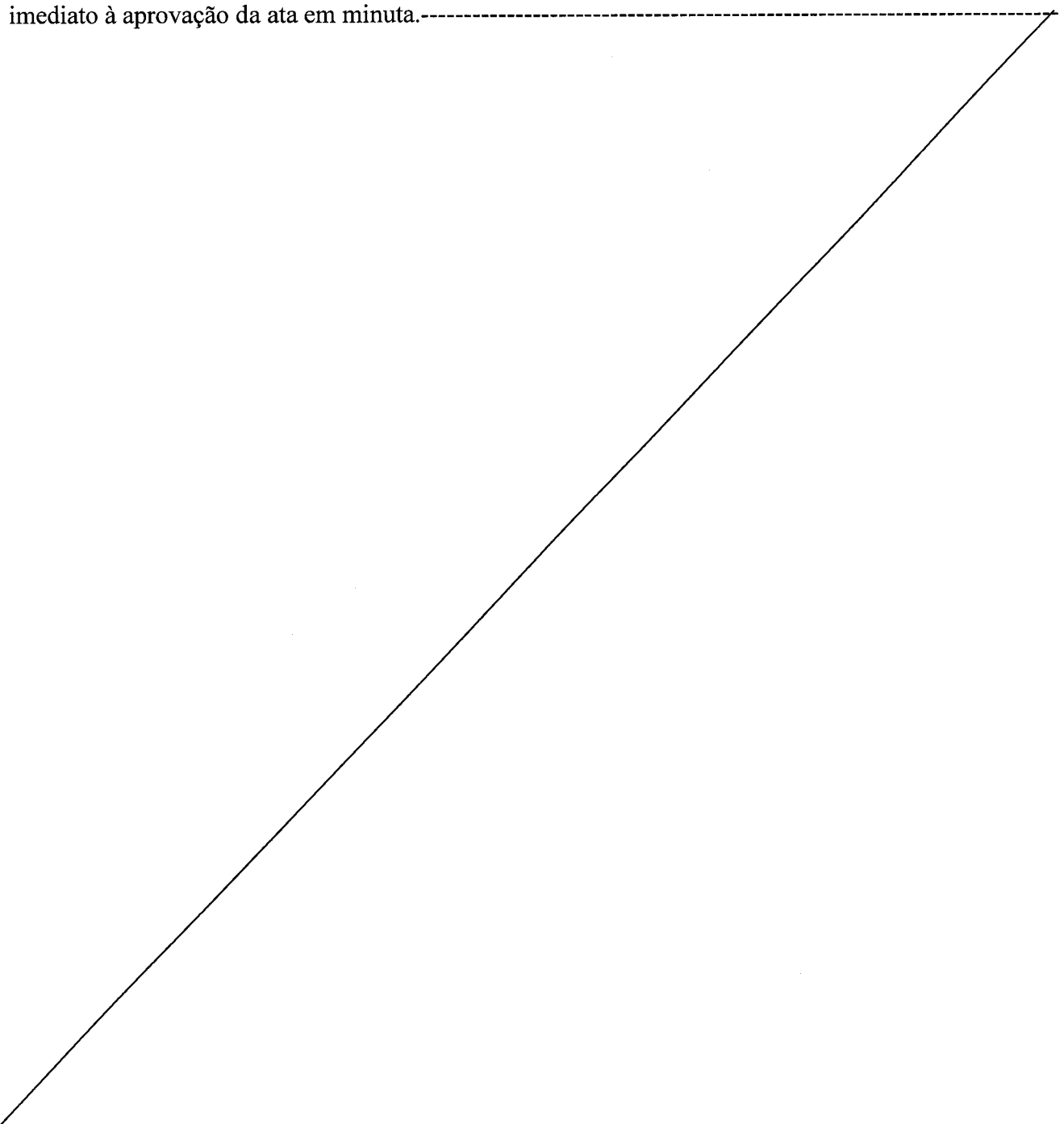
ordem de trabalhos, para a próxima quinta ou sexta feira, dez ou onze do corrente mês de julho”.-----



A

4

Após a declaração que antecede do senhor presidente, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM compareceram novamente na reunião e passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----





[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or stamp area.]

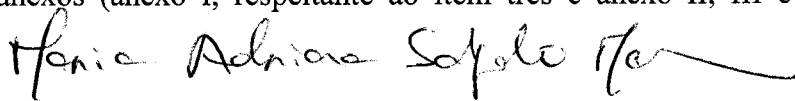


A

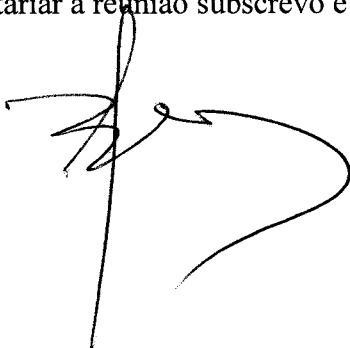
7

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem noventa e nove folhas, apenas utilizadas no anverso e quatro documentos anexos (anexo I, respeitante ao item três e anexo II, III e IV, respeitante ao item cinco), que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 22 / 07 / 2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Cabeze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

